



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 03/2021

CONTRATO Nº 03/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0001257-66.2021.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA G P MORENO, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÕES E REFORMAS DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **G P MORENO** (Fantasia: GPM Arquitetura e Engenharia LTDA), inscrito no CNPJ sob o n. 07.623.936/0001-18, com sede Rua dos Engenheiros, n. 248, Bairro Loteamento dos Engenheiros. CEP: 69.919-053, Município Rio Branco, Estado Acre, Telefone(s): (68) 3227-4504; (68) 99995-5025, E-mail(s): contato@gpmarquiteura.com.br, neste ato representada pelo senhor **GUSTAVO PIMENTEL MORENO**, brasileiro, casado, Cédula de Identidade RG 0311335/SSP-AC e CPF 516.429.302-10, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 500/2021-PRES/DG/GABDG, de 30/04/2021 (evento [0686399](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho n. 672/2021-PRES/DG/GABDG, de 02/06/2021 (evento [0698121](#)), bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objeto deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para elaboração de Projetos EM PLATAFORMA BIM de Obras de Reformas e Ampliações de Edificações, conforme as condições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência e seus anexos.

Subcláusula Primeira – O detalhamento do objeto desta contratação consta no Item 2, II, do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Segunda – O detalhamento técnico do objeto contendo as etapas, entregas mínimas, especificação de cada etapa, diretrizes de projetos, coordenação, forma de apresentação dos projetos e detalhamento de projetos por especialidade, estão inseridos no Caderno de Especificações Anexo I (evento [0676216](#)) do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Terceira – Os endereços dos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia objetos das demandas de projetos de ampliações, reformas e harmonização de fachada estão relacionados na Tabela a seguir:

TABELA 1 - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA OBJETO DO TR		TIPO DE PROJETO
01	FÓRUM ELEITORAL DE OURO PRETO Rua Café Filho, 83, Bairro União – Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000	Ampliação
02	FÓRUM ELEITORAL DE ESPIGÃO DO OESTE Avenida Sete de Setembro, 3071, Bairro Centro – Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000	Ampliação
03	FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO	Reforma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Avenida Castelo Branco 970, Bairro dos Pioneiros – Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000	
04	FÓRUM ELEITORAL DE CEREJEIRAS Av. das Nações, 1847, Bairro Centro – Cerejeiras/RO, CEP 76.997-000	Reforma
05	FÓRUM ELEITORAL DE ROLIM DE MOURA Av. São Luiz, 4557, Bairro Centro – Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000	Reforma
06	RIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – EDIFÍCIO-SEDE Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859	Harmonização de Fachada

Subcláusula Quarta – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Licitação supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

(Art. 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Os prazos de vigência e de execução desta contratação obedecerão ao que segue:

1. **O Prazo de Vigência: 184 (cento e oitenta e quatro) dias**, contados da data da assinatura do contrato, compreendendo o período de execução e o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prazo adicional de 90 (noventa) dias, período necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato.

2. **O Prazo de Execução: 94 (noventa e quatro) dias**, contados da assinatura do contrato, compreendendo o cumprimento os prazos de execução de todas as etapas de elaboração dos projetos, de acordo com o cronograma de entrega dos projetos pela empresa CONTRATADA para sua elaboração - nos termos do Anexo VIII (evento [0684206](#)) do termo de referência, sendo que poderá ser ajustado pela CONTRATADA quando da apresentação de sua proposta.

3. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente autuados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

4. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor global estimado deste contrato é de **R\$ 134.999,91** (cento e trinta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos), conforme proposta da CONTRATADA, e a seguir demonstrados na **Tabela abaixo**:

TABELA - VALOR GLOBAL ESTIMADO		
Horas técnicas profissionais PLENO	Valor da Hora técnica	Preço total (QH x VALOR HORA)
1.555,94	R\$ 76,47	R\$ 118.982,73
Horas técnicas profissionais SÊNIOR	Valor da Hora técnica	Preço total (QH x VALOR HORA)
41,4	R\$ 91,42	R\$ 3.784,79
		R\$ 122.767,52



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(A) TOTAL ESTIMADO COM HT	
(B) VALORES ESTIMADOS COM DESLOCAMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA CONTRATADA (conforme ANEXO XI (0682837) - FIXO PARA TODOS AS PROPOSTAS	R\$ 12.232,39
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTE CONTRATO (A+B)	R\$ 134.999,91

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, relativos a esta Contratação como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda -As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, no Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa: 33.90.39.05, conforme Nota de Empenho n. 2021NE000237, de 04/06/2021, a ser reforçada durante a vigência desta contratação, caso necessário.

Categoria	Orçamento ordinário
Agregador	MANUTENÇÃO GERAL
Despesa agregada	MANUTENÇÃO PREDIAL
Plano interno	ADM APOIO

Subcláusula Terceira - Quanto a repactuação, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

DA GARANTIA CONTRATUAL

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUINTA – Para assegurar a plena execução deste contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada deverá apresentar, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, **GARANTIA CONTRATUAL** no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado deste Contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia; e
- c) Fiança bancária.

Subcláusula Primeira – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada: repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro e acréscimo quantitativo do contrato.

Subcláusula Segunda – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- 1) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- 2) prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 3) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- 4) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber;

Subcláusula Terceira – A modalidade de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na anteriormente, observada a legislação que rege a matéria.

Subcláusula Quarta – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

Subcláusula Sexta – A garantia será considerada extinta:

- 1) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 2) com o término da vigência do contrato.

Subcláusula Sétima – O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – Pelas características dos serviços especializados de engenharia - que apenas poderão ser prestados pelos responsáveis técnicos indicados e habilitados legalmente, todos com vínculo com a empresa CONTRATADA - é vedada a subcontratação parcial ou total dos serviços relacionados aos projetos do TR (art. 89 da IN TRE/RO nº 04/2008).

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Quanto ao pagamento, deverá ser observado o que segue:

1. O pagamento à CONTRATADA quanto aos serviços prestados será realizado por meio de ordem bancária ou ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, **em até 10 (dez) dias úteis**, a contar da data de apresentação de cada nota fiscal/fatura e demais documentos previstos neste item e no caderno de especificações técnicas, devidamente certificada pela Gestão do Contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. O pagamento dos serviços somente poderá ser realizado após o recebimento definitivo de cada etapa, precedida de análise e aceitação pela Fiscalização e manifestação da Gestão do Contrato, observando que:

a) O pagamento dos serviços será realizado nas seguintes proporções:

b) Projetos Básicos com Aprovações - 70% (setenta por cento); e

c) Projeto Executivo – 30% (trinta por cento).

3. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

4. Os pagamentos dos serviços relacionados a cada etapa são condicionados à apresentação, juntamente com a Nota Fiscal:

1. De todos os projetos, estudos, análises, relatórios e orçamentos em quantidade e formas previstas Caderno de Especificações Técnicas, juntamente com os demais documentos gerados na respectiva etapa, devidamente assinados;

2. Da prévia Cessão dos direitos patrimoniais dos autores de cada um dos projetos;

3. Das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) dos projetos e dos demais documentos, quando exigíveis, emitidas pelo CREA-RO e/ou CAU/RO, conforme o caso; e

4. Quanto aplicável, das aprovações, licenças e alvarás relativos ao projeto em todos os órgãos e repartições competentes (concessionária de energia elétrica, licença ambiental, IPHAN, corpo de bombeiros, prefeitura, vigilância sanitária, etc).

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou a realinhamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA, observado o disposto neste instrumento.

6. Os pagamentos dos serviços relacionados aos projetos básicos e executivos são condicionados à apresentação do seguro de antecipação de pagamento exigido no termo de referência e neste contrato;

7. Na fase de Projeto Básico, a ocorrência de atrasos não motivados pela CONTRATADA nas análises das concessionárias/órgãos públicos para a emissão das licenças/aprovações e que extrapole o cronograma inicial, quando devidamente justificado, poderá ser realizado excepcionalmente o pagamento parcial da etapa, que corresponderá a 80% (oitenta por cento), além disso, o pagamento fica condicionado a entrega satisfatória de todas os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

produtos mínimos previstos no caderno de especificações técnicas - Anexo I (evento [0676216](#));

8. Caso o GESTOR identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência, sem prejuízo de eventuais apurações de responsabilidade e aplicação de sanções.

9. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

10. O CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais cabíveis, relativas à prestação dos serviços;

11. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento, mediante autorização superior, poderá ser realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);

12. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p>I = $\frac{TX}{365}$ I = $\frac{6}{100}$ I = 0,00016438</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
----------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. A compensação financeira prevista no parágrafo anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67 da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, Gestão e a Fiscalização administrativa deste contrato serão exercidas conforme a seguir:

Subcláusula Primeira – A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Equipe de Engenharia do CONTRATANTE, sendo atribuições do fiscal as que seguem:

1. Emitir, a seu juízo, as ordens de serviço;
2. Acompanhar a execução dos serviços, manifestando-se sobre as eventuais irregularidades;
3. Atestar a regularidade dos serviços prestados de acordo com o cumprimento das obrigações contratuais;
4. Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar ajustes ou correções, cientificando o gestor do contrato;
5. Analisar, conferir e atestar as notas fiscais, por meio de nota técnica, e encaminhar a documentação ao Gestor do contrato, o qual remeterá à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, manifestando-se sobre o pagamento;
6. Anotar de forma organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, documentando os principais atos através de atas, informações, comunicados, correspondências, termos, relatórios, entre outros;
7. Atuar de forma preventiva e proativa, alertando a CONTRATADA para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionados à execução do objeto que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
8. Comunicar o gestor do contrato sobre o descumprimento, pela CONTRATADA, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
9. Comunicar à CONTRATADA, pela via mais célere, eventuais irregularidades na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados e comprovar o recebimento da comunicação pela contratada, cuja cópia deverá ser juntada no processo para ciência do gestor; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Exercer as demais atribuições de fiscal estabelecidas no art. 27 da IN TRE-RO n. 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;
11. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

Subcláusula Segunda – A Gestão do Contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial – SEMAP ou de outra unidade do Tribunal que venha assumir as atribuições relacionadas a esta contratação, sendo atribuições do gestor as que seguem:

1. Zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma suplementar ao fiscal do contrato, atuando de forma preventiva e proativa, alertando a CONTRATADA para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionadas ao contrato que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
2. Proceder à imediata notificação à CONTRATADA nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo razoável, quando não fixado no próprio contrato, para sua correção;
3. Registrar os ajustes acordados com o representante da CONTRATADA, colhendo sua assinatura e promovendo a sua juntada ao processo;
4. Juntar no próprio processo, ou em outro relacionado especialmente aberto com este fim - quando a natureza, a complexidade ou o valor da contratação assim determinar - as ocorrências verificadas na execução contratual, bem como as medidas levadas a efeito para sua solução, as quais serão parte integrante do processo de contratação respectivo;
5. Exercer as atribuições de fiscal de documentação, realizando o controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, comercial e contábil;
6. Dirimir dúvidas e responder a consultas e requerimentos quanto aos termos do contrato, inclusive quanto à alteração contratual, ouvindo, quando necessário, o fiscal do contrato;
7. Aplicar, se entender conveniente, de forma fundamentada, a pena de advertência e propor à autoridade superior a aplicação de outras penalidades, previstas no contrato;
8. Acompanhar todos os atos praticados pelo fiscal de execução, manifestando-se quando necessário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. Solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal, inclusive da Assessoria Jurídica;
10. Praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal;
11. Exercer as demais atribuições de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la; e
12. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

Subcláusula Terceira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

DOS DIREITOS ESPECIAIS DO CONTRATANTE

(Artigo 29 da Lei nº 9.610/88 c/c o art. 18 da Lei nº 5.194/66 e art. 16 da Lei nº 12.378/2010)

CLÁUSULA NONA – Quanto aos direitos especiais do CONTRATANTE deverá ser observado:

1. É garantido ao CONTRATANTE o direito de proceder quaisquer alterações que considerar necessárias, a seu exclusivo critério, nos planos ou projetos, a qualquer tempo, sem ônus adicional ao CONTRATANTE ou aos autores dos projetos, conforme cessão expressa dos respectivos autores;
2. É garantido ao CONTRATANTE o direito de reutilizar os projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sem nenhuma remuneração adicional à CONTRATADA pela reutilização dos projetos, conforme cessão expressa dos respectivos autores;
3. Constitui também direito especial do CONTRATANTE, contratar terceiros para executar serviços não refeitos pelos profissionais da CONTRATADA, devendo esta última responsabilizar-se pelo pagamento dos serviços, sem direito a reembolso ou prévia ciência da contratação.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA – O CONTRATANTE, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos e neste Contrato, obriga-se a:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento de contrato;
2. Emitir as ordens de serviços de acordo com o cronograma definido no Anexo VIII do termo de referência;
3. Enviar à CONTRATADA as ordens de serviços, de acordo com as datas definidas no CRONOGRAMA firmado com a empresa contratada para elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia, o qual poderá sofrer pequenos ajustes no decorrer da execução dos serviços;
4. Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário, em local e horário previamente acertado entre as partes, para dialogar, trocar informações e ideias, além de prestar esclarecimentos sobre aspectos relacionados aos projetos;
5. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
6. Rejeitar os serviços, no caso de conterem inadequações ou forem apresentados desprovidos da verificação dos encargos previstos no caderno de especificações técnicas - Anexo I do termo de referência e das demais normas e legislações aplicáveis;
7. Manifestar-se, de forma conclusiva, acerca dos produtos apresentados pela CONTRATADA;
8. Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, reparar, corrigir, ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;
9. Receber os serviços, através da Fiscalização, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no caderno de especificações técnicas e no contrato, no prazo previsto no cronograma, expedindo termo de recebimento definitivo e certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;
10. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazos previstos neste contrato; e
11. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– A CONTRATADA, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Projeto Básico, no Edital e anexos e neste Contrato, obriga-se ao a seguir indicado:

I) DAS OBRIGAÇÕES PRELIMINARES E ACESSÓRIAS DA CONTRATADA:

1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato:

a) O Coordenador dos Serviços, o qual deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato;

b) Fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, sendo pelo menos um de telefonia fixa e 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o Coordenador da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo Coordenador da CONTRATADA. Os dados previstos neste item devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA por meio do endereço eletrônico semap@tre-ro.jus.br; e

c) Fornecer 02 (dois) números telefônicos, sendo pelo menos 01 (um) de telefonia fixa e 01 (um) Correio eletrônico para, independente do Coordenador dos serviços, atuar como responsável da empresa com poderes de decisão para a contínua e necessária troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões administrativas incidentes que eventualmente surgirão da relação contratual.

2. Comprovar o **vínculo** entre a CONTRATADA e todos os responsáveis técnicos indicados em suas respectivas especialidades.

a) Caso o profissional indicado seja sócio da licitante, bastará apresentar cópia do ato constitutivo da sociedade; não sendo sócio da licitante, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (**Acórdão TCU 800/08 – Plenário**);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Apresentar, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato:

- a) garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93; e
- b) registro do contrato nos conselhos de classe.

4. Comprovar, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato, caso sediada em outro Estado da Federação, VISTO provisório do CREA/RO no verso da Certidão registro/quitação da empresa licitante junto ao CREA, conforme Resolução CONFEA nº 336/89 e o registro do contrato no conselho profissional;

5. O descumprimento injustificado das obrigações descritas neste subitem anterior sujeitará a CONTRATADA às penalidades na forma estabelecidas no termo de referência e neste contrato.

II) DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, encargos e condições estabelecidas no caderno de especificações técnicas, no termo de referência, no edital da licitação, na proposta apresentada e neste contrato;
- 2. Confirmar, assim que notificada, através do mesmo endereço de e-mail utilizado para recebimento do link para assinatura do contrato, o recebimento das ordens de serviços;
- 3. Participar da reunião virtual com a Administração CONTRATANTE, previamente ao início da execução do contrato, para discutir aspectos administrativos e a dinâmica da execução dos serviços;
- 4. Realizar a vistoria dos edifícios, contendo os elementos listados no item 8.1 e 8.2 do Caderno de Especificações Técnicas - Anexo I do TR;
- 5. Participar das reuniões por videoconferência, sempre que convocados pelo CONTRATANTE ou agendadas por sua própria solicitação;
- 6. Fornecer relatórios ao CONTRATANTE contendo um resumo das definições ocorridas entre os membros da equipe de elaboração dos projetos, nos quais deverão constar todos os pontos relevantes discutidos e dirimidos no período relatado, medida adotada para garantir a perfeita comunicação entre as partes;
- 7. Dimensionar estrutura e equipes suficientes para a conclusão dos serviços a serem executados, nos prazos estabelecidos no cronograma apresentado, para não gerar qualquer prejuízo à entrega de quaisquer produtos, devendo considerar que as atividades serão desenvolvidas de forma concomitante para todos os projetos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;
9. Em caso de substituição de qualquer profissional inicialmente habilitado, comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, fornecendo as informações do substituto que deverá, no mínimo, atender os requisitos mínimos definidos neste termo de referência;
10. Elaborar todos os projetos em perfeita harmonia com os elementos do caderno de especificações técnicas, as normas técnicas aplicáveis e todas as normas específicas dos órgãos públicos e concessionárias, quando exigível;
11. Harmonizar e compatibilizar, por meio do Coordenador/Gerente dos serviços, TODOS os projetos específicos entre si;
12. Responsabilizar-se pela obtenção de aprovações de todas as licenças e aprovações relativas aos projetos em todos os órgãos e repartições competentes;
13. Atender às orientações do CONTRATANTE e realizar, sem quaisquer ônus adicionais, as correções dos serviços rejeitados, no caso de conterem inadequações ou forem apresentados desprovidos da verificação dos encargos previstos no caderno de especificações técnicas - Anexo I do termo de referência e das demais normas e legislações aplicáveis;
14. Responsabilizar-se pelo pagamento a terceiros, contratado pelo contratante, dos valores referentes a serviços que não foram refeitos por profissionais indicado para a execução dos serviços, sem direito a reembolso ou prévia ciência da contratação;
15. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;
16. Responsabilizar-se pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado ao TRE-RO ou a terceiros que possa advir direta ou indiretamente da execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei nº 8.666/93);
17. Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as taxas, emolumentos e demais exigências de órgãos competentes para a prestação dos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;
18. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
19. Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade fiscal mediante a apresentação de certidões negativas;
20. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vontade das partes, de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro, em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços;

21. Comunicar ao representante do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

22. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas.

23. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes

24. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas à acordo entre as partes, observado o que segue:

1. Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário);

25. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação respectivo e seus anexos, neste Contrato e nos documentos a este vinculados, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas, conforme segue:

I) SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato para comprovar o vínculo entre a CONTRATADA e todos os responsáveis técnicos indicados em suas respectivas especialidades e apresentar o Coordenador de Projetos:

1. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
2. De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
3. De 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
4. Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

2. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato para **apresentar o responsável da empresa com poderes de decisão:**

1. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
2. De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
3. De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
4. Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

3. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato para entregar a **garantia contratual:**

1. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
2. De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
3. De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
4. Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

4. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo previsto no contrato para: **a)** comprovar o registro do contrato; **b)** comprovar, caso seja sediada em outro Estado da Federação, o visto do CREA-RO no verso da Certidão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conforme Resolução CONFEA nº 336/89 e c) apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/RRT dos serviços objeto do contrato:

1. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
2. De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
3. De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
4. Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

5. Descumprir, de forma injustificada, o prazo de entrega de qualquer um dos documentos previstos em cada uma das etapas, incidente sobre o valor da etapa inadimplida:

1. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
2. Até 5 (cinco) dias corridos - multa de 1% (um por cento) ao dia;
3. Até 10 (dez) dias corridos – multa de 2% (dois por cento) ao dia;
4. Acima de 10 (dez) dias – multa de 3% (três por cento) ao dia, podendo ensejar a inexecução contratual;
5. Atraso reincidente na entrega de qualquer um dos documentos que compreendem cada etapa, enseja aplicação duplicada dos percentuais das multas previstas para o primeiro atraso;
6. Mais de 2 (dois) atrasos em entregas de qualquer um dos documentos que compreendem cada etapa, independentemente da quantidade de dias de atraso, pode ensejar a inexecução contratual.

6. Descumprir, de forma injustificada, o prazo concedido pela Fiscalização do CONTRATANTE para promover a correção de falhas, alterações ou adequações nos projetos entregues em desacordo com as especificações contratadas:

1. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
2. Até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da etapa inadimplida;
3. Até 10 (dez) dias de atraso: multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da etapa inadimplida;
4. Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 3% (três por cento) ao dia, sobre o valor da etapa inadimplida, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Descumprir, de forma injustificada, após notificação formal do fiscal ou do gestor do contrato, a obrigação de participar de reuniões, realizar visitas técnicas agendadas pela Fiscalização ou apresentar os relatórios exigidos:

1. Até 5 (cinco) dias de atraso, multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do contrato;
2. Atraso superior a 5 (cinco) dias: multa de 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

8. Descumprir, de forma injustificada, a obrigação de manter, durante a vigência do contrato, os responsáveis técnicos indicados pelos serviços ou não fornecer, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, as informações do eventual substituto que deverá, no mínimo, atender aos requisitos de qualificação técnica definidos no Termo de Referência:

1. Até 2 (dois) dias de atraso, penalidade de advertência;
2. De 2 (dois) a 5 (cinco) dias de atraso, multa de 3% (três por cento) sobre o valor da fatura mensal;
3. De 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal;
4. Mais de 10 (dez) dias de atraso poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

9. Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

1. Até 2 (dois) descumprimentos, penalidade de advertência;
2. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;
3. A ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II) SANÇÕES PUNITIVAS:

1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

a) Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
 - c) Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;
 - e) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).
2. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no item 10, XIII, A, j, iii do termo de referência.
3. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.
4. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a perfeita utilização dos projetos ou serviços ou que gerem custos em virtude de eventual contratação emergencial junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. As multas e demais penalidades não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8. O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

9. Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

10. Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

11. De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

12. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

13. Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

14. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

15. As multas e demais sanções previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

16. As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

17. A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

18. O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

- I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e
- III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
(Artigo 65, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Sétima – Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses, não há



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

INFORMAÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – No Termo de Referência vinculado ao presente Contrato constam os seguintes anexos, entre outros:

1. ANEXO I - Caderno de Especificações Técnicas e seus anexos ([0676216](#));
2. ANEXO II - Modelo de declaração de disponibilidade (evento [0676673](#));
3. ANEXO III - Modelo de declaração de visita técnica ou renúncia (evento [0676681](#));
4. ANEXO IV - Declaração dos autores dos projetos (evento [0676683](#));
5. ANEXO V - Modelo Aceitação responsabilidade técnica ([0676685](#));
6. ANEXO VII - Modelo de Ordem de Serviço (evento [0676755](#));
7. ANEXO VIII - Cronograma previsto - Entrega dos projetos (evento [0684206](#));
8. ANEXO X - Plantas Baixa Atualizadas (evento [0682036](#));
9. ANEXO XI - Tabelas de Formação de Demandas (evento [0682837](#)).

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Licitação respectivo e seus Anexos, na Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Lei 5.194/66, Lei 9.610/88 e Lei 12.378/2010, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.234/2010 e 23.474/2016, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula única – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLAÚSULA DÉCIMA OITAVA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 04 de junho de 2021.

--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	GUSTAVO PIMENTEL MORENO Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/06/2021, às 12:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO PIMENTEL MORENO, Usuário Externo**, em 05/06/2021, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 07/06/2021, às 07:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 07/06/2021, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0699005** e o código CRC **C95DC15**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, e nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I da Lei n. 8.666/93, bem como o disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013 e Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE-RO, elaboramos o presente Termo de Referência que tem como finalidade a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÕES E REFORMAS DE FÓRUMS ELEITORAIS DO INTERIOR DO ESTADO DE RONDÔNIA**, por meio de pregão eletrônico, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência

Este Termo de Referência observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da **Resolução TSE nº 23.234/2010**, utilizando-se **SUBSIDIARIAMENTE**, também **NO QUE APLICÁVEL**, a **Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017** - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

2. DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS

I. DO OBJETO

A. Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para elaboração de Projetos EM PLATAFORMA BIM de Obras de Reformas e Ampliações de Edificações, conforme Caderno de Especificação constante no Anexo I ([0676216](#)).

II. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

A. LOCALIZAÇÃO:

- i. Os endereços dos imóveis onde haverá as demandas de projetos estão descritos na Tabela abaixo:

TABELA 1 - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA OBJETO DESTE TR	TIPO DE PROJETO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS OBRAS	PROPOSTA PLANO DE OBRAS 2021/2022
----------------------------------------------------------------------------	------------------------	---------------------------------------	------------------------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01	FÓRUM ELEITORAL DE OURO PRETO Rua Café Filho, 83, Bairro União – Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000	Ampliação	R\$ 990.000,00	
02	FÓRUM ELEITORAL DE ESPIGÃO DO OESTE Avenida Sete de Setembro, 3071, Bairro Centro – Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000	Ampliação	R\$ 1.266.000,00	
03	FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO Avenida Castelo Branco 970, Bairro dos Pioneiros – Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000	Reforma	R\$ 390.000,00	
04	FÓRUM ELEITORAL DE CEREJEIRAS Av. das Nações, 1847, Bairro Centro – Cerejeiras/RO, CEP 76.997-000	Reforma	R\$ 450.000,00	
05	FÓRUM ELEITORAL DE ROLIM DE MOURA Av. São Luiz, 4557, Bairro Centro – Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000	Reforma	R\$ 390.000,00	
06	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – EDIFÍCIO-SEDE Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859	Harmonização de Fachada	-	R\$ 1.627.607,68
TOTAL DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA AS OBRAS EXERC. 2021/2022			R\$ 3.486.000,00 (três milhões quatrocentos e oitenta e seis mil reais)	
TOTAL ESTIMADO PLANO DE OBRAS 2021/2022				R\$ 1.627.607,68 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil seiscentos e sete reais e sessenta e oito centavos)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Na elaboração dos projeto deverão respeitar os valores máximos acima como premissa de viabilidade econômica para atender os respectivos imóveis.

III.DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- i.O Cronograma físico deverá ser apresentado pela contratada e seguirá as diretrizes definidas no Anexo VIII - Proposta de Cronograma de Trabalho ([0684206](#))
- ii.A etapa preliminar obedecerá a proposta prevista no cronograma e as demais poderão ser ajustadas de acordo com as sugestões da contratada e aprovação da contratante em conformidade com o Caderno de Especificações - Anexo I ([0676216](#))
- iii.O Cronograma Físico de Projeto deverá ser revisado e detalhado pela CONTRATADA em função de sua capacidade técnica-operacional, e sua versão final deverá passar por aprovação da CONTRATANTE, antes da assinatura do contrato.

IV. CONCEITOS:

- a. Entende-se por **PROJETO BÁSICO** e **PROJETO EXECUTIVO** as definições previstas no art. 6º da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, *verbis*:

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:a)

desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;

X - Projeto Executivo - o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

II. COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a. Com a finalidade de harmonizar e compatibilizar todos os projetos específicos entre si, os serviços deverão ser coordenados por um Engenheiro indicado pela contratada, conforme Caderno de Especificação constante no Anexo I ([0676216](#)).

1. São atribuições do Coordenador dos serviços:

- a. Coordenar todas as tarefas executadas pelos responsáveis técnicos da CONTRATADA, zelando pela integração, quando exigível, dos diversos projetos, de forma a obter a perfeita harmonização entre os referidos projetos;
- b. Atuar como representante da CONTRATADA, devendo, sempre que solicitado ou quando julgar necessário,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reunir-se com a CONTRATANTE em local e horário previamente agendado entre as partes para dialogar, trocar informações e ideias, além de prestar esclarecimentos sobre eventuais questões técnicas relacionadas aos projetos;

- c. Promover e facilitar as consultas e o fluxo de informações entre CONTRATANTE e CONTRATADA e entre os responsáveis pelos projetos, sempre com o objetivo principal de garantir integração entre os diversos trabalhos em execução;
- d. Apontar as eventuais ocorrências de interferências entre os diversos projetos analisados;
- e. Consolidar em **relatório único** todas as soluções dos projetos relacionadas a cada uma das etapas, destacando no relato os pontos relevantes, as eventuais inconformidades identificadas e a interrelação entre eles;
- f. Comunicar aos demais responsáveis técnicos o agendamento de reuniões com o CONTRATANTE, zelando pelo comparecimento daqueles que devam dela participar.

III.DAS REUNIÕES:

- a. As reuniões serão realizadas por meio de videoconferência.

1.Reuniões Inicial:

- i.Obrigatoriamente,
a CONTRATADA deverá participar de uma reunião inicial por **meio de videoconferência**, para alinhar aspectos administrativos e a dinâmica da execução dos serviços;

- a. A reunião inicial será realizada em até 03 (três) dias corridos da data da emissão das Ordens de Serviço ou da Assinatura do Contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. Para discussão acerca de eventuais questões efetivamente relevantes associadas a elaboração dos projetos;
- ii. Sempre que necessário, CONTRATANTE ou CONTRATADA poderão convocar reuniões suplementares, sempre por meio de videoconferência.
- iii. As videoconferências serão operacionalizadas, preferencialmente, pelo ambiente **HANGOUT** do **GOOGLE**, devendo a contratada viabilizar o seu acesso à referida ferramenta.
- iv. Na situação de eventuais impedimentos técnicos para a realização das videoconferências no ambiente indicado, poderão - desde que acordado previamente pelas partes - ser utilizadas outras ferramentas de tecnologia que garantam a qualidade dos eventos.

2. Regras gerais sobre as reuniões:

- i. Nas reuniões por meio de videoconferência é obrigatória a presença dos Responsáveis Técnicos dos serviços de elaboração dos projetos;
- ii. Todas as reuniões serão agendadas e acordadas previamente entre as partes com antecedência mínima de 24 horas ;
- iii. Todas as reuniões serão registradas em ata, minutada pela CONTRATADA responsável pela elaboração dos projetos, da qual constará, além de outros elementos, o nome de seus participantes, os encaminhamentos e deliberações sobre os temas discutidos. A ATA será enviada ao CONTRATANTE e anexada ao processo administrativo relativo à gestão da contratação e assinado por todos os representantes das partes;
- iv. No relatório de andamento quinzenal deverá constar o resumo das definições deliberadas nas reuniões ocorridas no período
- v. Nas reuniões por meio de videoconferência o evento será gravado pela CONTRATADA e enviado ao CONTRATANTE em meio digital;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vi. Todas as reuniões serão secretariadas por um agente da CONTRATADA, responsável pelo envio da ata aos interessados;

vii. Quando da apresentação dos relatórios a CONTRATADA deverá fazer referência às deliberações tomadas entre as partes nas reuniões realizadas, indicando as respectivas atas ou as datas das videoconferências.

viii. Os relatórios produzidos pelo CONTRATANTE constituem uma obrigação independente e não serão considerados, sob qualquer justificativa, como reunião entre as partes.

b. DEMAIS ELEMENTOS E DEFINIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:

- a. O detalhamento técnico do objeto, contendo as etapas, entregas mínimas, especificação de cada etapa, diretrizes de projetos, coordenação, forma de apresentação dos projetos e detalhamento de projetos por especialidade, estão inseridos no Caderno de Especificações Anexo I ([0676216](#)) deste termo de referência, integrando este documento para todos os efeitos legais.

II. DAS JUSTIFICATIVAS

A. JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO - Necessidade dos serviços:

- a. A pretensão de contratação do objeto deste Termo de Referência está justificada pelas razões adiante descritas.
- b. A necessidade de contratação, através de pregão, de empresa especializada na elaboração de projetos de ampliações e reformas para atender os Fóruns de Espigão do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Cerejeiras, Rolim de Moura e Pimenta Bueno, conforme DESPACHO Nº 322 / 2021 - PRES/DG/GABDG ([0673500](#)) da Diretora Geral do TRE-RO;
- c. A necessidade de manter as unidades da Justiça Eleitoral em perfeitas condições de atendimento ao público interno e externo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d. A necessidade de dotar os imóveis da Justiça Eleitoral em Rondônia de instalações prediais adequadas ao atendimento de eleitores, a fim de otimizar os trabalhos e atividades eleitorais pertinentes, bem como proporcionar maior segurança na guarda e conservação dos bens patrimoniais públicos;
- e. Considerando também que os diversos imóveis tem naturalmente desgaste pelo uso e pelo tempo, fica clara a necessidade de recomposição de seus atributos e funcionalidades a fim de garantir o conforto e segurança aos servidores, prestadores de serviço e eleitores que utilizam as edificações.
- f. Além do mais, os projetos de as ampliações e reformas deste Termo de Referência vão ao encontro dos objetivos Estratégicos traçados pela Administração, conforme Plano de Obras 2021/2022 constante no evento [0532904](#);
- g. Também justifica-se essa contratação pelo defasagem de recursos humanos especializados e atribuições profissionais específicas dos servidores da unidade, conforme se observa abaixo:
 - i. 01 cargo de Técnico Judiciário, apoio especializado de Técnico em Edificações, atualmente provido;
 - ii. 01 (um) cargo de Analista Judiciário, apoio especializado de Engenharia, atualmente VAGO em decorrência da aposentadoria do antigo titular, sem previsão de provimento em decorrência de determinação do Tribunal Superior Eleitoral (Portaria TSE n. 574/2018).
 - iii. Para suprir essa necessidade o Tribunal vem contando com a colaboração de outros órgãos da Administração Pública para atender suas demandas sendo que essa prática vem se tornando cada vez mais árdua e rara de se concretizar, justamente em razão das grandes demandas e dos quadros técnicos também reduzidos dos demais órgãos públicos. Tanto é assim que atualmente há apenas um engenheiro civil requisitado da Superintendência do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Patrimônio da União no Estado de Rondônia

- SPU/RO, conform PSEI [0002872-](#)

[96.2018.6.22.8000](#).

- h. Em razão disso, o TRE-RO não possui os profissionais com a habilitação legal e regulamentar definida pela Lei nº 5.194/66 e resoluções do CONFEA para exercer a função de elaboração de projeto (Resolução CONFEA 1.048/2013) das diversas especialidades de arquitetura e engenharia que estão sendo exigidas na elaboração do conjunto de projetos das ampliações e reformas (ESTRUTURAL, ARQUITETURA, ELETRICA, MECANICA).
- i. Assim, face a inexistência de profissionais com especialidades múltiplas para a elaboração de todos os projetos necessários para atender a Administração faz-se a execução indireta dos referidos projetos objeto deste Termo de Referência.

B. Contratação dos serviços em ITEM ÚNICO, prestados por pessoa jurídica especializada: A decisão pela **UNICIDADE DOS SERVIÇOS** fundamenta-se nas seguintes justificativas:

- a. **Aspectos técnicos:** Todos os serviços se referem a um plano uniforme de ampliação e reforma, composto por parte das Edificações da Justiça eleitoral no Estado de Rondônia. Esta unidade técnica entende que não é recomendável contratar várias empresas para a execução dos referidos serviços, pois considerando a limitação de pessoal e a maior vulnerabilidade da equipe de gestão e fiscalização em lidar com diversos contratados. Soma-se a esse fatores o risco de atrasos parciais dos serviços por distintos fornecedores, situação que poderia resultar em maiores custos para o erário e eventualmente até na interrupção no comprimento do planejamento da Administração.
- b. **Gestão (coordenação centralizada):** O objeto que se pretende, genericamente pode ser descrito como "Contratação de empresa especializada em serviços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de engenharia para elaboração de Projetos de Obras de Reformas e Ampliações de Edificações, conforme Caderno de Especificação constante no Anexo I ([0676216](#)). Por experiências já vivenciadas em serviços análogos, pode-se perceber que a coordenação centralização de diversas frentes de trabalho contribui para o controle e o adequado cumprimento das atividades. Noutro ponto, a diversidade de coordenadores, empresas distintas, em processos que visam objetivos comuns podem impactar no prazos de execução considerando os diferentes interesses envolvidos e possíveis conflitos no decorrer da execução.

- c. **Ecomicidade:** A importância da contratação unificada apoia-se ainda na necessidade de garantir a qualidade e conformidade dos serviços por meio de sua execução por uma única empresa. Some-se a esses, o fato de que a separação do objeto acarretará elevação dos custos fixos à administração pública, como por exemplo as despesas administrativas das contratadas, as horas dos profissionais técnicos como engenheiros que acompanham e supervisionam a realização dos serviços e que, caso haja mais de uma contratada envolvida, podem significar duplicidade de custos ao contrato ou dos custos de gestão de mais de um contrato simultaneamente com a mesma finalidade. Estes custos se multiplicam quando sopesamos as horas investidas em duplicidade para eventuais notificações e trâmites processuais.
- d. Em razão disso, a segmentação dos serviços não se mostra viável pelos aspectos **operacional, técnico e econômico**.
- e. **PLATAFORMA BIM:** Tal ferramenta é indicada pela doutrina especializada e recomendada de forma expressa pelo Tribunal de Contas da União, posto que proporciona: **a) alta taxa de COMPATIBILIDADE DOS PROJETOS**, permitindo verificar se os componentes dos sistemas ocupam espaços conflitantes entre si e, assim, garantir que os dados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compartilhados tenham conexão e sejam seguros até o término do projeto; **b) REDUÇÃO DE CUSTOS**, segundo estudos publicados na Revista TCU

(<http://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/viewFile/1302/1381>); além de

possibilitar, **c) O CUMPRIMENTO EFETIVO DO CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS**, haja vista que ferramenta exige prévio treinamento para seu pleno domínio, o qual não poderia ser atendido de forma concomitante com a elaboração dos projetos.

- f. Esse mesmo raciocínio se aplica à contratação dos projetos e serviços buscada neste certame. Permitir a multiplicidades de equipes - sendo que cada uma delas seria responsável pela elaboração de apenas uma parte dos projetos - certamente inviabilizará a compatibilização do produto final, os quais devem ser plasmados de forma conjunta e harmônica justamente em função das interfaces dos diversos projetos e serviços que serão executados.
- g. Em razão dessas peculiaridades e características singulares, esta unidade definiu a contratação do objeto em **LOTE ÚNICO COM UMA ÚNICA PESSOA JURÍDICA** capaz de mobilizar todos os profissionais demandados em uma única estrutura hierárquica e de produção integrada. .

II.DAS LEIS, NORMAS, DEFINIÇÕES

A. DAS REGRAS GERAIS E ESPECÍFICAS

1. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

i. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993** (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);

ii. **Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002** (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

bens e serviços comuns, e dá outras providências.);

iii. **Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019** (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.);

iv. **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**: apresenta regras complementares à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - no âmbito do TRE-RO;

v. **Resolução Nº 201 de 03/03/2015**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário;

vi. **Resolução TSE nº 23.474/2016**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais;

vii. A indicação da legislação acima não exclui outras que se relacionem com o presente Termo de Referência.

2. DAS NORMAS TÉCNICAS

i. Normas da ABNT;

ii. Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEMAP;

iii. Legislação de acessibilidade (NBR 9050) e as pertinentes ao fim a que se destina o objeto deste Termo de Referência;

iv. Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

v. Regulamento do **Corpo de Bombeiros** do Estado de Rondônia;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vi. A indicação das normas acima não exclui outras que se relacionem com o presente Termo de Referência.

2. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

I. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO

a. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

b. Embora não esteja previsto expressamente no PEI 2015/2020 por certo está alinhado, de forma genérica, com o indicador estratégico de **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA** na medida que busca a correta adequação da infraestrutura deste Tribunal, evitando dispêndio de recursos públicos com reposição ou intervenções super-onerosas, além do desperdício de materiais que, possivelmente, possam ser aproveitados.

c. Além disso, o objeto deste Termo de Referência está ajustado com o orçamento disponível para o exercício de 2021 e vem ao encontro **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** estabelecidos no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS** deste órgão, a saber:

0. Garantir a legitimidade do processo eleitoral;

1. Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;

d. Adotar-se-á como valores:

0. **Ética:** Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

1. **Transparência:** Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

2. **Acessibilidade:** Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. **Celeridade:** Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;
4. **Responsabilidade social e ambiental:** Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;
5. **Inovação:** Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;
6. **Eficácia:** Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;
7. **Comprometimento:** Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;
8. **Qualidade de vida do servidor:** Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

II.DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- a. Como boa prática a ser observada na Administração Pública Federal, em que pesem as **Resoluções Nº 201 de 03/03/2015:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e **Resolução TSE nº 23.474/2016:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais, e da ausência de Resolução neste Regional, adotou-se como parâmetro para estabelecimentos dos critérios de sustentabilidade ambiental a IN n. 001/2010 - SLTI/MPOG.
- b. De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.
- c. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, que tem estritamente cunho intelectual, a contratada deverá fornecer o resultado objeto desta contratação em meio digital à unidade gestora.

2. DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA - DECRETO FEDERAL N. 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013:

- a.O **Decreto Federal n. 7.983/2013** estabeleceu regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, no âmbito da União e elegeu o Sistema Nacional de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, como referencial de preços. Veja-se:

i.**Art. 3º** *O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.*

b.Em cumprimento a essa norma, esta unidade realizou consulta ao banco de dados do SINAPI para dimensionar o preço global de referência das HORAS TÉCNICAS necessárias à execução dos serviços, uma vez que a metodologia adotada neste Termo de Referência para a remuneração dos serviços foi feita com base nos produtos entregues, de acordo com as referidas Orientações do TCU.

c.Os valores das horas com encargos dos **Engenheiros Civis Pleno e Sênior** foram obtidos a partir dos valores de insunos do SINAP.

d.A Pesquisa considerou os critérios utilizados no PSEI [0002397-43.2018.6.22.8000](#) a fim de obter os referidos valores das horas técnicas, unidades de medida adotadas para mensurar o valor desta contratação.

e.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE VALOR DE REFERÊNCIA - HORA TÉCNICA					
HORA TÉCNICA COM ENCARGOS SOCIAIS					
Fonte de Consulta	Salário Base S/Encargos	Encargos Sociais	Salário + Encargos	Vlar. Hora (Vlr Mês/176h	Pleno (76%)
DNIT	R\$ 14.412,72	84,04%	R\$ 26.525,17	R\$ 150,71	R\$ 114,54
SINAPI		70,95%	R\$ 23.488,20	R\$ 133,46	R\$ 101,43
SENGE BAHIA - CUB/RO - 13,22%				R\$ 180,53	R\$ 137,20
SENGE SC - CUB/RO - Média 15%				R\$ 204,84	R\$ 155,68
CONTRATO TRE-EACE				-	R\$

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(CONTRATO N. 22/2018)					131,13
CONTRATO TCU (ADITIVO 2017)				R\$ 181,03	R\$ 137,58
(A) MÉDIA HT ENG. SÊNIOR	R\$ 170,11				
MÉDIA HT ENG. PLENO (A*76%)Sinapi/Dnit	R\$ 129,29				

f.

(A) CONVERSÃO ENG. SÊNIOR EM ENG. PLENO			
FONTE	SÊNIOR	PLENO	%
SINAPI	R\$ 23.488,20	R\$ 17.280,00	74%
DNIT	R\$ 14.412,72	R\$ 11.275,43	78%
		MÉDIA	76%

g. valor da hora técnica do profissional nível pleno **R\$ 129,29**
(cento e vinte e nove reais e vinte e nove centavos);

h. valor da hora técnica do profissional nível sênior **R\$ 170,11**
(cento e setenta reais e onze centavos).

2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**I.DO QUANTITATIVO ESTIMADOS DE HORAS TÉCNICAS:**

1.

TABELA 05 - QUADRO RESUMO POR DEMANDA DA CONTRATAÇÃO			
DEMANDA	PLENO (ht1)	SÊNIOR (ht3)	DESLOCAMENTO
Projeto de Ampliação Ouro Preto	293,03	3,25	R\$ 1.628,57
Projeto de Ampliação Espigao do Oeste	421,24	9,41	R\$ 1.629,54
Projeto de Reforma de Pimenta Bueno	215,56	4,8	R\$ 2.125,49
Projeto de Reforma de Cerejeiras	263,82	4,52	R\$ 4.250,97
Projeto de Reforma de Rolim de Moura	208,22	4,75	R\$ 2.597,82
Projeto de Harmonização de Fachada do Edifício sede TRE-RO	154,07	14,67	--
TOTAL	1.555,94	41,4	

II.TABELAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS:

1.TABELA

ENGENHEIRO

PLENO:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CÁLCULO DO VALOR DA HORA TÉCNICA PLENO**I - VALOR DA HORA**

Hora técnica Profissional Pleno	R\$ 129,29
---------------------------------	-------------------

II - BONIFICAÇÃO E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (BDI)

Bonificação/lucro	9,59%	R\$ 12,40
Despesas Administrativas/ Operacionais	5,00%	R\$ 6,46
Outras despesas (se houver, discriminar)	0,00%	R\$ -
TOTAL - BONIFICAÇÕES E DESPESAS	14,59%	R\$ 18,86

III - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO

ISSQN ou ISS	5,00%	R\$ 5,95
COFINS	6,08%	R\$ 7,23
PIS	1,32%	R\$ 1,57
TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO	12,40%	R\$ 14,75

PREÇO UNITÁRIO DA HORA TÉCNICA COM BDI E TRIBUTOS	R\$ 162,90
----------------------------------------------------------	-------------------

2.

3. TABELA ENGENHEIRO SÊNIOR (COORDENADOR)

CÁLCULO DO VALOR DA HORA TÉCNICA SÊNIOR**I - VALOR DA HORA**

Hora técnica de consultoria	R\$ 170,11
-----------------------------	-------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - BONIFICAÇÃO E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (BDI)			
Bonificação/lucro	9,59%	R\$	16,31
Despesas Administrativas/ Operacionais	5,00%	R\$	8,51
Outras despesas (se houver, discriminar)	0,00%	R\$	-
TOTAL - BONIFICAÇÕES E DESPESAS	14,59%	R\$	24,82
III - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	7,82
COFINS	6,08%	R\$	9,51
PIS	1,32%	R\$	1,57
TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO	12,40%	R\$	18,90
PREÇO UNITÁRIO DA HORA TÉCNICA DE CONSULTORIA COM BDI E TRIBUTOS	R\$	213,83	

4.

NOTA: Os percentuais utilizados para a composição do BDI neste termo de referência, pela similitude dos serviços, foram extraídos do Projeto Básico juntado no evento [0647045](#) do PSEI [0002397-43.2018.6.22.8000](#).

III. VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS

1.O valor global desta contratação é de **R\$ 274.547,58** (duzentos e setenta e quatro mil quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), conforme os critérios definidos neste TR e demonstrados na **Tabela abaixo:**

TABELA - VALOR GLOBAL ESTIMADO		
Quantidade previstas de horas técnicas profissionais PLENO	Valor da Hora técnica	Preço total (QH x VALOR HORA)
1.555,94	R\$ 162,90	R\$ 253.462,63
Quantidade previstas de horas técnicas profissionais SÊNIOR	Valor da Hora técnica	Preço total (QH x VALOR



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		HORA
41,4	R\$ 213,83	R\$ 8.852,56
(A) TOTAL ESTIMADO COM HT	R\$ 262.315,19	
(B) VALORES ESTIMADOS COM DESLOCAMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA CONTRATADA (conforme ANEXO XI (0682837) - FIXO PARA TODOS AS PROPOSTAS	R\$ 12.232,39	
VALOR TOTAL ESTIMADO DO REGISTRO DE PREÇOS (A+B)	R\$ 274.547,58	

2.

2. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

- i.É fundamental que o órgão CONTRATANTE preveja os recursos orçamentários específicos que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no curso do exercício financeiro, de acordo com o cronograma físico-financeiro presente no Termo de Referência.
- ii.Preliminarmente, verifica-se que o objeto desta contratação deve observar ao dispositivo legal que determina aos contratos que tenham vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários anuais, conforme art. 57 da Lei nº 8.666/93
- iii.O TCU vem reiterando que os ordenadores de despesa observem os dispositivos legais da lei 4.320/1964, que institui normas gerais sobre Direito Financeiro, conforme o acórdão 645/2007 - plenário - TCU: *"Abstenha-se de realizar despesas sem cobertura contratual, procedendo à emissão de empenho anteriormente à prestação dos serviços, de forma a não contrariar o disposto nos arts. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, 60 da Lei nº 4.320/1964 e 24 do Decreto nº 93.872/1986. Acórdão 645/2007 Plenário."*
- iv.Sendo assim, quando convocada a Adjudicatária para assinatura do Contrato, em respeito aos artigos 58 e 60 da lei 4.320/1964 conjuntamente com a jurisprudência da Corte de Contas, a dotação necessária para assinatura do Contrato poderá ser custeada com os recursos apresentados na tabela a seguir, desde que disponíveis, enquadramento confirmado com a COFC.

LOTE ÚNICO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Categoria	Orçamento ordinário
Agregador	MANUTENÇÃO GERAL
Despesa agregada	MANUTENÇÃO PREDIAL
Plano interno	ADM APOIO
Valor registrado	R\$ 370.000,00

v.

2. DO CERTAME LICITATÓRIO

I. Adoção da modalidade do pregão eletrônico:

- a. Como registrado neste termo de referência, os serviços demandados possui natureza de serviços técnicos profissionais especializados na modalidade de ELABORAÇÃO DE PROJETOS, com previsão no art. 13, I, da Lei nº 8.666/93. Acerca da forma de contratação dos serviços técnico-especializados, verifica-se que esse dispositivo possui uma regra genérica, veja-se:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I a VIII - *Omissis*.

§ 1º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

- b. Numa leitura desavisada poder-se-ia concluir que os serviços técnicos pretendidos - afastadas as regras da inexigibilidade competitiva previstas no art. 25 da Lei de Licitações - deveriam ser contratados **PREFERENCIALMENTE** por meio de **CONCURSO**. Todavia, não é esse o entendimento predominante. A respeito do tema, leciona **MARÇAL**:

O art. 13 dispõe acerca de uma modalidade especial,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que denomina "serviços técnicos profissionais especializados". O dispositivo vincula-se diretamente ao art. 25, que disciplina hipóteses de contratação direta por inexigibilidade de licitação. A lei formula hipóteses de serviços que, por sua peculiaridade, serão contratados sem licitação ou mediante concurso - como regra. Isso não significa que o art. 13 tenha relação exclusivamente com as hipóteses de inexigibilidade de licitação. Assim não o é: as hipóteses do art. 13 conduzirão à contratação direta quando for impossível a competição para selecionar a proposta mais vantajosa. Também não é obrigatória a seleção através de concurso. É perfeitamente viável que a contratação se faça mediante licitação na modalidade de concorrência, por exemplo. Dependerá das circunstâncias, tal como se apontará por ocasião dos comentários do art. 25. (Marçal Justen Filho - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 14ª ed, São Paulo, Dialética, 2012, p. 199).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c. Nesses termos, não sendo inviável o certame competitivo, posto que há pluralidade de fornecedores potenciais, como também a seleção por meio de concurso - inviável na espécie pelas características dos serviços de elaboração dos projetos - resta à Administração a via da contratação por meio de certame licitatório.
- d. A opção pela realização de Pregão para contratação de serviço que anteriormente se utilizava somente a modalidade Concurso ou Concorrência tipo Técnica e Preço, encontra respaldo na **Súmula TCU nº 257**, que consolidou seu posicionamento quanto ao cabimento do pregão para contratação de serviços comuns de engenharia: *“O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002. A citada Súmula foi aprovada pelo Acórdão nº 841/2010 – Plenário, no qual a Corte de Contas entendeu que o pregão deve ser utilizado para a contratação de serviços de engenharia comuns, a fim de propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas.*
- e. A doutrina pátria assenta o uso do pregão inclusive para serviços técnicos, entendendo que representa um ganho para a Administração:

Além disso, não há nenhuma razão objetiva para que serviço de engenharia não possa ser licitado por pregão, uma vez que essa modalidade já demonstrou ser um avanço em termos de confiabilidade, universalidade e igualdade entre os competidores. Partindo-se de uma definição técnica suficientemente estruturada, ou seja, de um projeto básico bem elaborado, a licitação de serviços de engenharia comuns por pregão resultará invariavelmente no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sucesso da contratação. A modalidade representa um ganho para a Administração Pública e, consequentemente, para toda a sociedade, e deve ser aplicada sempre que não seja comprometida a segurança da execução do objeto contratado.” (Raquel Veloso da Silva - in <https://jus.com.br/artigos/34683/o-uso-do-pregao-para-a-contratacao-de-servicos-de-engenharia-aspectos-juridicos-e-entendimento-jurisprudencial-do-tcu-e-tribunais-regionais> (0241599)).

- f. É sabido que A **Lei nº 10.520/02** não ressalva a utilização do pregão para a contratação de serviços de engenharia (como no caso de elaboração de projetos de engenharia), porquanto configurar uma atividade intelectual, **desde que o objeto, no caso concreto, possa ser definido por meio de critérios objetivos, segundo descrição tradicionalmente encontrada no mercado**, sendo viável a seleção da melhor oferta apenas em função do menor preço, tornando possível a contratação por meio do pregão.
- g. Ademais, de longa data, como no **Acórdão n.º 2.441/2011-Plenário**, o TCU definiu que a utilização de Pregão é inadequada à contratação de serviços técnicos especializados de engenharia apenas quando considerados de **alta complexidade** - o que não é o caso desta contratação - admitindo-o, de forma pacífica, para os demais serviços comuns de engenharia na esteira do **Acórdão nº 2.899/2012-Plenário**, veja-se:

2. É lícita a utilização de pregão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**para contratação de
serviço técnico de
apoio à fiscalização
de projetos
executivos e de
execução de obras de
engenharia**

Representação
formulada pela
Associação Brasileira
de Consultores de
Engenharia - ABCE
questionou a
utilização de licitação
na modalidade pregão
pela Centrais Elétricas
de Rondônia S/A -
CERON, visando a
contratação de serviço
técnico para apoio a
fiscalização de
projetos executivos e
obras de redes aéreas
de distribuição de
energia elétrica, nas
áreas de concessão de
empresas
distribuidoras da
Eletrobras.

Argumentou, em
essência, que tais
serviços exigem “*nível
apreciável de
qualificação técnica
da empresa e seus
profissionais*”, o que
impediria sua
classificação como
“*serviços comuns*”.

**O Relator, contudo,
em linha de
consonância com o
pronunciamento da
unidade técnica,
observou que os
serviços objeto do
certame foram
especificados no
edital “*de forma
objetiva, consoante os
termos usuais de
mercado, ajustando-
se, portanto, ao
conceito de ‘serviço
comum’ definido no***



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002”, o que permite a adoção da licitação na modalidade de pregão. Acrescentou que o enunciado nº 257 da Súmula de Jurisprudência do TCU, a seguir transcrito, respalda a contratação de serviços comuns de engenharia por meio de pregão: “O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002”. Ponderou, com suporte nos comandos contidos nos arts. 1º e 8º da Resolução Confea nº 218/193, que os serviços previstos no edital foram “bem definidos” e revelam “atividades comuns e rotineiras inerentes à atividade de fiscalização de obras, tais como: acompanhamento de boletins diários de obras, verificação da documentação exigida na apresentação de faturas, exame de conformidade dos projetos com o respectivo contrato de financiamento, cadastro de obras em sistema informatizado, emissão de relatórios, conferência de desenhos etc”. O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator, decidiu conhecer a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

representação e julgá-la improcedente. **Acórdão n.º 2.899/2012-Plenário, TC-027.389/2012-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 24.10.2012. (in, ILC 129/2012).**

- h. Por fim, sobre o tema encontra-se o seguinte excerto extraído do recente **Acórdão nº 1.711/2017 – TCU – Plenário:**

1. O TCU solidificou o entendimento quanto à questão da utilização do pregão eletrônico para a contratação de serviços, por meio da Súmula 257, a qual prescreve que a Lei 10.520/2002 não exclui previamente o uso do pregão para contratação de serviços de engenharia, determinando tão-somente que o objeto a ser licitado caracterize-se como bem ou serviço comum.

2. Há também no TCU o entendimento de que, nas licitações realizadas no âmbito da União, para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o emprego da modalidade pregão eletrônico, impondo-se a devida justificativa quando outra opção for utilizada.

- i. Por sua vez, na forma do **Acórdão TCU nº 817/2005-Primeira Câmara**, é faculdade do Administrador aferir se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o objeto a ser contratado possui enquadramento de "bem ou serviço de uso comum", apreciando o caso concreto mediante a existência de circunstâncias objetivas constantes da fase interna do procedimento licitatório. Isso porque esse Diploma Legal não exclui previamente quaisquer espécies de serviços e contratações e o rol de bens e serviços comuns previsto no decreto regulamentador é meramente exemplificativo.

- j. A atividade de elaboração de projetos objetos deste TR não possui qualquer elemento que a diferencie de outras atividades comuns de serviços de engenharia, podendo ser objetivamente caracterizada, em seus elementos mínimos, exigindo-se dos profissionais que elaborarão os projetos apenas as habilitações e especializações estabelecidas nas normas técnicas, além da formação condizente com a execução dos serviços. Inclui-se o preço desses serviços decorre de padrões estabelecidos para remuneração desses profissionais, tradicionalmente aceitos pelos órgãos de controle.
- k. Portanto, não se tratando de serviços técnicos com especificações exclusivas e inusuais, admite-se a contratação por meio de Pregão, posto se apresentar como objeto comum, bem delimitado pela descrição de todas as características dos serviços e do cumprimento dos requisitos e encargos objetivos delineados pelo Caderno de Especificações Técnicas (Anexo I deste Termo de Referência), pela legislação e normas técnicas aplicáveis aos projetos, entendimento está consentâneo com o **Acórdão TCU nº 1.168/2009-Plenário**.
- l. Nesses termos, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto nº 5.450/2005, será adotado a modalidade de **pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço global, com item único** para a seleção da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços de elaboração dos projetos.

II. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. O valor total estimado da contratação pretendida excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido pelo art. 49, I, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal n. 8.538, de 6 de outubro de 2015. Em razão desse fato, não há fundamento para aplicar a regra de exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame.

2. DAS HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÕES EM GERAL

Após a aceitação da PROPOSTA, conforme item supracitado, a licitante deverá fazer provas da capacidade técnica operacional e profissional, além de outras provas necessárias conforme abaixo:

I. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- i. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 28 da lei 8.666/1993:
 - a. Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado;
 - b. Em se tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

II. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- i. A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:
 - a. Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, conjuntamente, os seguintes;
 - b. Regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);
 - c. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

1. FUNDAMENTAÇÃO

- i. Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, conforme o **acórdão 2729/2018 - TCU - Plenário**.
- ii. **O TCU entende, ainda**, que estas exigências sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, verbis:

"A Jurisprudência do TCU (Súmula 263/2011) é no sentido de que a exigência de comprovação técnico-profissional e técnico-operacional devem ficar restritas às parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo, e, ainda, quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

- iii. Neste caso em tela, serão executados **ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO DE PROJETOS EM PLATAFORMA BIM ENVOLVENDO MÚLTIPLAS ESPECIALIDADES PARA ATENDER OBRAS DE AMPLIAÇÕES E REFORMAS NO MANTANTE DE 1.221 M² e ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE OBRA PÚBLICA.**

1. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA

- i. Considerando o montante de 1.221 m² de elaboração e coordenação de projetos em plataforma bim envolvendo múltiplas especialidades para atender obras de ampliações e reformas, a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica-operacional que comprove a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução de, no mínimo, o montante de 610 m² do referido total. Ademais, a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica-operacional que comprove a elaboração de orçamento de obra pública;

2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

i. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL DA PESSOA JURÍDICA será comprovada mediante:

a. Certidão válida de **registro** da empresa licitante no conselho competente da região a que estiver vinculada e que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação (Acórdão 2472/2019 - Primeira Câmara);

b. Comprovação, por meio de **atestado técnico**, de que a **empresa licitante executou serviços**, conforme a definição das características de **PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA DO OBJETO, conforme item 5.E.III.2** acima deste Termo de Referência:

1. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) conjuntamente com a(s) **ART**, devidamente baixada(s), referente(s) ao **serviço constante do Atestado de Capacidade Técnico-Operacional**. Justifica-se tal exigência pelo acréscimo consideravelmente da segurança quanto à documentação apresentada pelas licitantes, maior rapidez nas contratações e atendimento às normas abaixo listadas:

Art. 1º da Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977, "*Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)*" (grifo nosso).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 13 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009, "*Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente*" (grifo nosso).

Art. 14 da Resolução citada no item ii., acima, "*O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função*" (grifo nosso).

c. Declaração de Disponibilidade **conforme modelo contido Anexo II (0676673)**, de todas as instalações, equipamentos, ferramental e pessoal adequado para a execução dos serviços. A critério da CONTRATANTE tais instalações estarão sujeitas a vistoria técnica

ii. Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado.

iii. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão.

3. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE QUANTIDADES MÍNIMAS

i. É pacífico nas decisões do TCU o entendimento no sentido de que a comprovação da qualificação técnica deve abranger tanto o aspecto operacional quanto o profissional. Veja-se:

“Em diversas assentadas, este Tribunal reconheceu como válida a exigência de comprovação de ambos os ângulos da capacitação técnica, que deverá abranger tanto o aspecto operacional (demonstração de possuir aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do certame) como o profissional (deter, no quadro permanente, profissionais aptos a executar serviço de características semelhantes àquele pretendido pela Administração). Nesse sentido, vale destacar as Decisões 395/1995 – Plenário,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

432/1996 – Plenário, 217/1997 – Plenário, 285/2000 – Plenário, 2.656/2007 – Plenário, bem como o Acórdão 32/2003 – 1.^a Câmara” (Acórdão 1.265/2009, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

• “(...) 6. O cerne da discussão está relacionado à interpretação que se deve dar à parte final do aludido dispositivo – **‘vedadas as exigências de quantidades mínimas’**. Admitir-se-iam duas interpretações: a primeira, no sentido de que não seria possível exigir quantidades mínimas relativamente aos serviços objeto dos atestados fornecidos, e a segunda, de que não seria aceita exigência de quantidades mínimas de atestados.

Entendo que a primeira interpretação não é a que mais se coaduna com o interesse da Administração de se resguardar quanto à real capacidade técnica da licitante de prestar adequadamente os serviços pactuados. Especialmente em serviços de maior complexidade técnica, como os que envolvem o objeto do pregão promovido pela Ceron, seria imprescindível a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados.

Por isso, sou de opinião que a interpretação mais adequada do art. 30, § 1.º, I, in fine, da Lei 8.666/1993, é a de que é possível, e até mesmo imprescindível à **garantia do cumprimento da obrigação**, delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior a ser comprovada pelas licitantes – compatíveis com o objeto pactuado –, **ai se inserindo a exigência de quantitativos mínimos** concernentes ao objeto que se pretende contratar” (Acórdão 3.070/2013, Plenário, rel. Min. José Jorge).

Súmula 263 do TCU: “Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

ii.O Professor **Marçal**, leciona:

[...]

Como regra, ambos os ângulos do conceito de “experiência anterior” são relevantes. Quando se trata de obras e serviços de engenharia, é muito comum a necessidade de comprovação de ambos os aspectos da experiência anterior. Ou seja, a Administração Pública somente disporá de um mínimo de segurança acerca da idoneidade do sujeito quanto obtiver comprovação acerca desses dois ângulos da qualificação técnica. Não basta para a Administração dispor de informações de que uma certa empresa executou uma obra semelhante, no passado, se não existirem indicações de que esse licitante dispõe, em seus quadros permanentes, de um profissional experiente. Por outro lado, é insuficiente uma certa empresa dispor em seus quadros de profissionais experientes sem que ela própria tivesse no passado enfrentado o desafio de executar obra similar.

Existem hipóteses, no entanto, em que a situação pode apresentar outro perfil. Isso se passa, por exemplo, quanto aos serviços comuns, que não demandam comprovação de qualificação técnica profissional. Há casos de serviços de engenharia (elaboração de um projeto básico, por exemplo) que podem ser satisfeitos sem o concurso de uma estrutura empresarial. Basta a qualificação técnica profissional para satisfação da habilitação técnica. (**Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais**). [...]

iii.Na mesma linha, a fixação de quantidades mínimas para comprovação da experiência profissional também está assentada pelo **STJ**: “A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30, § 1.º, I (parte final) , da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiveram assentadas em critérios razoáveis” (**REsp 466.286/SP, 2.ª T., rel. Min. João**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Otávio de Noronha, j. em 07.10.2003, DJ de 20.10.2003).

iv. Dessa forma, foi definida a comprovação da execução de serviços semelhantes com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância (ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO DE PROJETOS EM PLATAFORMA BIM ENVOLVENDO MULTIPLAS ESPECIALIDADES PARA ATENDER OBRAS DE AMPLIAÇÕES E REFORMAS NO MANTANTE DE 1.221 M² e ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE OBRA PÚBLICA), estando de acordo com a jurisprudência do TCU, *vg*, **Acórdão TCU nº 1.214/2013-Plenário**.

II. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL

i. A Jurisprudência do TCU (**Súmula 263/2011**) é no sentido de que a exigência de comprovação técnico-profissional e técnico-operacional devem ficar restritas às parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo, e, ainda, quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

ii. Nesta caso, aplicam-se, no que compatível aos profissionais, as mesmas disposições aplicadas aos requisitos de habilitação técnica-operacional.

iii. A qualificação técnica-profissional do **Responsável Técnico** será comprovada mediante:

a. **Certidão de Registro** do profissional indicado perante os respectivos conselhos profissionais (**Acórdão 2472/2019 - Primeira Câmara**);

b. Comprovação de aptidão técnico-profissional consistente na apresentação de **Certidões de Acervo Técnico - CAT** - expedidas pelo Conselho de Classe competente, em nome dos profissionais que exercerão a função de Responsáveis Técnicos pelos projetos e Coordenação dos serviços definidos **neste Termo de Referência**, comprovando a execução de serviços semelhantes às **PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA** do objeto, conforme indicado no item 8, III, 2, **deste TR**;

c. Declaração do profissional indicado pela licitante aceitando o exercício da função de Responsável Técnico pelos respectivos serviços, conforme Anexo V ([0676685](#)) **deste TR**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

i. Os licitantes deverão apresentar:

- a. **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

2. DA PROPOSTA

- a. A proposta de preços deverá ser apresentada em conformidade com o Anexo IX - Modelo de Proposta ([0684220](#)), **sob pena de sua desclassificação**. A tabela contida no Modelo de Proposta é apenas para referência da proponente na construção de sua proposta, sem a pretensão de esgotar todos os projetos/serviços a serem realizados durante a contratação, cabendo à proponente a obrigação de incluir todos os valores que considerar pertinentes.
- b. Também **sob pena de desclassificação**, a proposta de preços deverá estar acompanhada da proposta de **CRONOGRAMA DE TRABALHO DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS**, apresentados conforme o modelo de cronograma contido no **Anexo VIII** deste termo de referência e item 2, III deste TR.

2. DO CONTRATO

I. Procedimentos prévios à assinatura do contrato:

- a. No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar:
 - i. regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

- ii. Declaração firmada pelos autores dos projetos, de cessão dos direitos autorais de natureza patrimonial, conforme modelo contido no **Anexo IV** deste termo de referência.
- b. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.
- c. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por email, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA.
- d. Realizado o cadastramento no SEI, a Administração disponibilizará um canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do termo de contrato para assinatura eletrônica. O prazo de 2 (dois) dias úteis para assinatura será contado da data da efetiva disponibilização do instrumento no SEI.
- e. O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de **30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

II. Regras gerais do contrato:

- a. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO nº 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou aterá-la; as Lei nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.194/66, Lei nº 9.610/88 e Lei nº 12.378/2010 e, supletivamente, a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

- b. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais, este termo de referência, o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- c. Com a assinatura do contrato a adjudicatária se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão - com seus anexos - e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

III. Da apresentação do coordenador dos serviços e do representante para o contrato e do vínculo dos responsáveis técnicos:

- a. A CONTRATADA deverá, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias** após a assinatura do contrato:
 - i. Apresentar o Coordenador dos Serviços, o qual deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato.
 - ii. A contratada deve fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, sendo pelo menos um de telefonia fixa e 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o Coordenador da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo Coordenador da CONTRATADA. Os dados previstos neste item devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA por meio do endereço eletrônico semap@tre-ro.jus.br.
 - iii. Fornecer, 02 (dois) números telefônicos, sendo pelo menos 01 (um) de telefonia fixa e 01 (um) Correio eletrônico para, independente do Coordenador dos serviços, atuar como **responsável da empresa com poderes de decisão** para a contínua e necessária troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administrativas incidentes que eventualmente surgirão da relação contratual.

- iv. Comprovar o **vínculo** entre a contratada e todos os responsáveis técnicos indicados em suas respectivas especialidades. Caso o profissional indicado seja sócio da licitante, bastará apresentar cópia do ato constitutivo da sociedade; não sendo sócio da licitante, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (**Acórdão TCU 800/08 – Plenário**).

IV. Da garantia contratual:

- a. Segundo Marçal:

A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (**Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais**).

- b. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.
- c. Dessa forma, deverá a CONTRATADA apresentar, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

- i. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- ii. seguro-garantia;
- iii. fiança bancária.

V. Da possibilidade de subcontratação dos projetos:

- a. Pelas características dos serviços especializados de engenharia - que apenas poderão ser prestados pelos responsáveis técnicos indicados e habilitados legalmente, todos com vínculo com a empresa contratada - é vedada a subcontratação parcial ou total dos serviços relacionados aos projetos deste TR (art. 89 da IN TRE/RO nº 04/2008).

VI. Do prazo de execução dos serviços, da vigência do contrato e de eventual reequilíbrio econômico-financeiro:

- a. O prazo de execução dos serviços será de 94 dias, contados da assinatura do contrato, compreendendo o cumprimento os prazos de execução de todas as etapas de elaboração dos projetos, de acordo com o cronograma de entrega dos projetos pela empresa contratada para sua elaboração - nos termos do Anexo VIII ([0684206](#)) deste termo de referência o qual poderá ser ajustado pela contratada quando da apresentação de sua proposta.
- b. **O prazo de vigência deste contrato será de 184 dias, compreendendo o período de execução e o prazo adicional de 90 (noventa) dias, período necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato.**
- c. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente autuados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
- e. Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 meses, não ha previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.
- f. Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II,"d" da Lei nº 8.666/93.

VII. Das alterações do contrato:

- a. Havendo necessidade, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

VIII. Direitos especiais do contratante (art. 29 da Lei nº 9.610/88 c/c o art. 18 da Lei nº 5.194/66 e art. 16 da Lei nº 12.378/2010):

- a. É garantido ao contratante o direito de proceder quaisquer alterações que considerar necessárias, a seu exclusivo critério, nos planos ou projetos, a qualquer tempo, sem ônus adicional ao contratante ou aos autores dos projetos, conforme cessão expressa dos respectivos autores.
- b. É garantido ao contratante o direito de reutilizar os projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sem nenhuma remuneração adicional ao contratado pela reutilização dos projetos, conforme cessão expressa dos respectivos autores.
- c. Constitui também direito especial do contratante, contratar terceiros para executar serviços não refeitos pelos profissionais da contratada, devendo esta última responsabilizar-se pelo pagamento dos serviços, sem direito a reembolso ou prévia ciência da contratação.

IX. Das obrigações do contratante:

- a. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. Emitir as ordens de serviços de acordo com o cronograma definido no Anexo VIII deste termo de referência;
- c. Enviar à CONTRATADA as ordens de serviços, de acordo com as datas definidas no CRONOGRAMA firmado com a empresa contratada para elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia, o qual poderá sofrer pequenas ajustes no decorrer da execução dos serviços;
- d. Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário, em local e horário previamente acertado entre as partes, para dialogar, trocar informações e ideias, além de prestar esclarecimentos sobre aspectos relacionados aos projetos;
- e. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- f. Rejeitar os serviços, no caso de conterem inadequações ou forem apresentados desprovidos da verificação dos encargos previstos no caderno de especificações técnicas - Anexo I deste termo de referência e das demais normas e legislações aplicáveis;
- g. Manifestar-se, de forma conclusiva, acerca dos produtos apresentados pela CONTRATADA;
- h. Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, reparar, corrigir, ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;
- i. Receber os serviços, através da Fiscalização, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no caderno de especificações técnicas e no contrato, no prazo previsto no cronograma, expedindo termo de recebimento definitivo e certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;
- j. Realizar o PAGAMENTO à CONTRATADA pelos serviços prestados, observadas as seguintes regras:

X. Do Pagamento:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. O pagamento dos serviços será realizado por meio de ordem bancária ou ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, **em até 10 (dez) dias úteis**, a contar da data de apresentação de cada nota fiscal/fatura e demais documentos previstos neste item e no caderno de especificações técnicas, devidamente certificada pela Gestão do Contrato;
- b. O pagamento dos serviços somente poderá ser realizado após o recebimento definitivo de cada etapa, precedida de análise e aceitação pela Fiscalização e manifestação da Gestão do Contrato:
 - i. O pagamento dos serviços será realizado nas seguintes proporções:
 - 1. **Projetos Básicos com Aprovações - 70%**
 - 2. **Projeto Executivo – 30%**
- c. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Os pagamentos dos serviços relacionados a cada etapa são condicionados à apresentação, juntamente com a Nota Fiscal:
 - i. De todos os projetos, estudos, análises, relatórios e orçamentos em quantidade e formas previstas Caderno de Especificações Técnicas, juntamente com os demais documentos gerados na respectiva etapa, devidamente assinados;
 - ii. Da prévia Cessão dos direitos patrimoniais dos autores de cada um dos projetos;
 - iii. Das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) dos projetos e dos demais documentos, quando exigíveis, emitidas pelo CREA-RO e/ou CAU/RO, conforme o caso;
 - iv. Quanto aplicável, das aprovações, licenças e alvarás relativos ao projeto em todos os órgãos e repartições competentes (concessionária de energia elétrica, licença ambiental, IPHAN, corpo de bombeiros, prefeitura, vigilância sanitária, etc).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.
- f. Os pagamentos dos serviços relacionados aos projetos básicos e executivos são condicionados à apresentação do seguro de antecipação de pagamento exigido neste termo de referência e no contrato.
- g. Na fase de Projeto Básico, a ocorrência de atrasos não motivados pela contratada nas análises das concessionárias/órgãos públicos para a emissão das licenças/aprovações e que extrapole o cronograma inicial, quando devidamente justificado, poderá ser realizado excepcionalmente o pagamento parcial da etapa, que corresponderá a 80%, além disso, o pagamento fica condicionado a entrega satisfatória de todos os produtos mínimos previstos no caderno de especificações técnicas - Anexo I ([0676216](#)).
- h. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- i.

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = **Encargos moratórios;**

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = **Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:**

$$I = \frac{TX}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

XI. Das obrigações preliminares e acessórias da contratada:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. apresentar, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias** após a assinatura do contrato:
 - i. o Coordenador dos Serviços, o qual deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato;
 - ii. Fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, sendo pelo menos um de telefonia fixa e 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o Coordenador da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo Coordenador da CONTRATADA. Os dados previstos neste item devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA por meio do endereço eletrônico **semap@tre-ro.jus.br**;
 - iii. 02 (dois) números telefônicos, sendo pelo menos 01 (um) de telefonia fixa e 01 (um) Correio eletrônico para, independente do Coordenador dos serviços, atuar como **responsável da empresa com poderes de decisão** para a contínua e necessária troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões administrativas incidentes que eventualmente surgirão da relação contratual;
- b. Comprovar o **vínculo** entre a contratada e todos os responsáveis técnicos indicados em suas respectivas especialidades;
 - i. Caso o profissional indicado seja sócio da licitante, bastará apresentar cópia do ato constitutivo da sociedade; não sendo sócio da licitante, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (**Acórdão TCU 800/08 – Plenário**).
- c. apresentar, **até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato**:
 - i. garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93;

- ii. registro do contrato nos conselhos de classe;
- d. comprovar, no **prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato, caso sediada em outro Estado da Federação, VISTO provisório do CREA/RO no verso da Certidão registro/quitação da empresa licitante junto ao CREA, conforme Resolução CONFEA nº 336/89 e o registro do contrato no conselho profissional.**
- e. O descumprimento injustificado das obrigações descritas neste subitem anterior sujeitará a CONTRATADA às penalidades na forma estabelecidas neste termo de referência e no contrato.

XII. Demais obrigações da contratada:

- a. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, encargos e condições estabelecidas no caderno de especificações técnicas, neste termo de referência, no edital da licitação, na proposta apresentada e no contrato;
- b. Assim que notificada, através do mesmo endereço de e-mail utilizado para recebimento do link para assinatura do contrato, confirmar o recebimento das ordens de serviços;
- c. Participar da reunião virtual com a Administração CONTRATANTE, previamente ao início da execução do contrato, para discutir aspectos administrativos e a dinâmica da execução dos serviços;
- d. Realizar a vistoria dos edifícios, contendo os elementos listados no item 8.1 e 8.2 do Caderno de Especificações Técnicas - Anexo I deste TR
- e. Participar das reuniões por videoconferência, sempre que convocados pelo CONTRATANTE ou agendadas por sua própria solicitação;
- f. Fornecer relatórios à CONTRATADA contendo um resumo das definições ocorridas entre os membros da equipe de elaboração dos projetos, nos quais deverão constar todos os pontos relevantes discutidos e dirimidos no período relatado, medida adotada para garantir a perfeita comunicação entre as partes;
- g. Dimensionar estrutura e equipes suficientes para a conclusão dos serviços a serem executados, nos prazos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecidos no cronograma apresentado, para não gerar qualquer prejuízo à entrega de quaisquer produtos, devendo considerar que as atividades serão desenvolvidas de forma concomitante para todos os projetos;

- h. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;
- i. Em caso de substituição de qualquer profissional inicialmente habilitado, comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, fornecendo as informações do substituto que deverá, no mínimo, atender os requisitos mínimos definidos neste termo de referência;
- j. Elaborar todos os projetos em perfeita harmonia com os elementos do caderno de especificações técnicas, as normas técnicas aplicáveis e todas as normas específicas dos órgãos públicos e concessionárias, quando exigível;
- k. Harmonizar e compatibilizar, por meio do Coordenador/Gerente dos serviços, TODAS os projetos específicos entre si;
- l. Responsabilizar-se pela obtenção de aprovações de todas as licenças e aprovações relativas aos projetos em todos os órgãos e repartições competentes;
- m. Atender às orientações do CONTRATANTE e realizar, sem quaisquer ônus adicionais, as correções dos serviços rejeitados, no caso de conterem inadequações ou forem apresentados desprovidos da verificação dos encargos previstos no caderno de especificações técnicas - Anexo I deste termo de referência e das demais normas e legislações aplicáveis;
- n. Responsabilizar-se pelo pagamento a terceiros, contratado pelo contratante, dos valores referentes a serviços que não foram refeitos por profissionais indicado para a execução dos serviços, sem direito a reembolso ou prévia ciência da contratação;
- o. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;
- p. Responsabilizar-se pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado ao TRE/RO ou a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- terceiros que possa advir direta ou indiretamente da execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei nº 8.666/93);
- q. Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as taxas, emolumentos e demais exigências de órgãos competentes para a prestação dos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;
 - r. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - s. Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade fiscal mediante a apresentação de certidões negativas;
 - t. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro, em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços;
 - u. Comunicar ao representante do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
 - v. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas.
 - w. A licitante vencedora fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários durante a execução do objeto contratado.
 - x. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XIII. Penalidades e sanções administrativas:

- A. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:
- a. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato para **comprovar o vínculo entre a contratada e todos os responsáveis técnicos indicados em suas respectivas especialidades e apresentar o Coordenador de Projetos:**
 - i. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
 - ii. De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
 - iii. De 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
 - iv. traso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
 - b. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato para **apresentar o responsável da empresa com poderes de decisão:**
 - i. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
 - ii. De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
 - iii. De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
 - iv. Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato para entregar a **garantia contratual**:
 - i. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
 - ii. De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
 - iii. De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
 - iv. Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- d. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo previsto no contrato para: **a)** comprovar o registro do contrato; **b)** comprovar, caso seja sediada em outro Estado da Federação, o visto do CREA-RO no verso da Certidão conforme Resolução CONFEA nº 336/89 e **c)** apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/RRT dos serviços objeto do contrato:
 - i. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
 - ii. De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
 - iii. De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
 - iv. Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- e. Descumprir, de forma injustificada, o prazo de entrega de qualquer um dos documentos previstos em cada uma das etapas, incidente sobre o valor da etapa inadimplida:
 - i. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Até 5 dias corridos - multa de 1,0% (um por cento) ao dia;
 - iii. Até 10 dias corridos – multa de 2% (dois por cento) ao dia;
 - iv. Acima de 10 dias – multa de 3,0% (três por cento) ao dia, podendo ensejar a inexecução contratual;
 - v. Atraso reincidente na entrega de qualquer um dos documentos que compreendem cada etapa, enseja aplicação duplicada dos percentuais das multas previstas para o primeiro atraso;
 - vi. Mais de 2 atrasos em entregas de qualquer um dos documentos que compreendem cada etapa, independentemente da quantidade de dias de atraso, pode ensejar a inexecução contratual;
- f. Descumprir, de forma injustificada, o prazo concedido pela Fiscalização do CONTRATANTE para promover a correção de falhas, alterações ou adequações nos projetos entregues em desacordo com as especificações contratadas:
- i. Até 2 (dois) dias de atraso: advertência;
 - ii. Até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor da etapa inadimplida;
 - iii. Até 10 (dez) dias de atraso: multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da etapa inadimplida;
 - iv. Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 3% (três por cento) ao dia, sobre o valor da etapa inadimplida, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- g. Descumprir, de forma injustificada, após notificação formal do fiscal ou do gestor do contrato, a obrigação de participar de reuniões, realizar visitas técnicas agendadas pela Fiscalização ou apresentar os relatórios exigidos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. Até 5 (cinco) dias de atraso, multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor do contrato;
 - ii. Atraso superior a 5 (cinco) dias: multa de 2,0% (dois por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- h. Descumprir, de forma injustificada, a obrigação de manter, durante a vigência do contrato, os responsáveis técnicos indicados pelos serviços ou não fornecer, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, as informações do eventual substituto que deverá, no mínimo, atender aos requisitos de qualificação técnica definidos neste Termo de Referência:
 - i. Até 2 (dois) dias de atraso, penalidade de advertência;
 - ii. De 2 (dois) a 5 (cinco) dias de atraso, multa de 3% (três por cento) sobre o valor da fatura mensal;
 - iii. De 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal;
 - iv. Mais de 10 (dez) dias de atraso poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- i. Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:
 - i. Até 2 (dois) descumprimentos, penalidade de advertência;
 - ii. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;
 - iii. A ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- j. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- i. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
- ii. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
- iii. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;
- v. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).
- k. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no item 8.13.2 deste termo de referência.

- l. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.
- m. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).
- n. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011- Plenário**).
- o. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

- p. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.
- q. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

2. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I. A fiscalização do contrato ficará a cargo da Equipe de Engenharia registrada deste regional.

- a. São atribuições do fiscal:
 - i. Emitir, a seu juízo, as ordens de serviço;
 - ii. Acompanhar a execução dos serviços, manifestando-se sobre as eventuais irregularidades;
 - iii. Atestar a regularidade dos serviços prestados de acordo com o cumprimento das obrigações contratuais;
 - iv. Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar ajustes ou correções, cientificando o gestor do contrato;
 - v. Analisar, conferir e atestar as notas fiscais, por meio de nota técnica, e encaminhar a documentação ao Gestor do contrato, o qual remeterá à SAOFC, manifestando-se sobre o pagamento;
 - vi. Anotar de forma organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, documentando os principais atos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- através de atas, informações, comunicados, correspondências, termos, relatórios, entre outros;
- vii. Atuar de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionados à execução do objeto que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
 - viii. Comunicar o gestor do contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
 - ix. Comunicar à contratada, pela via mais célere, eventuais irregularidades na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados e comprovar o recebimento da comunicação pela contratada, cuja cópia deverão ser juntadas no processo para ciência do gestor;
 - x. Exercer as demais atribuições de fiscal estabelecidas no art. 27 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;
 - xi. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

II. A gestão do contrato ficará a cargo do servidor, Chefe da Seção de Manutenção Predial – SEMAP ou do titular de outra unidade do Tribunal que venha assumir as atribuições relacionadas a esta contratação.

- a. São atribuições do gestor, dentre outras atividades:
 - i. Zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma complementar ao fiscal do contrato, atuando de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionadas ao contrato que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
 - ii. Proceder à imediata notificação à contratada nas hipóteses de descumprimento das obrigações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- contratuais, concedendo prazo razoável, quando não fixado no próprio contrato, para sua correção;
- iii. Registrar os ajustes acordados com o representante da contratada, colhendo sua assinatura e promovendo a sua juntada ao processo;
 - iv. Juntar no próprio processo, ou em outro relacionado especialmente aberto com este fim - quando a natureza, a complexidade ou o valor da contratação assim determinar - as ocorrências verificadas na execução contratual, bem como as medidas levadas a efeito para sua solução, as quais serão parte integrante do processo de contratação respectivo;
 - v. Exercer as atribuições de fiscal de documentação, realizando o controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, comercial e contábil;
 - vi. Dirimir dúvidas e responder a consultas e requerimentos quanto aos termos do contrato, inclusive quanto à alteração contratual, ouvindo, quando necessário, o fiscal do contrato;
 - vii. Aplicar, se entender conveniente, de forma fundamentada, a pena de advertência e propor à autoridade superior a aplicação de outras penalidades, previstas no contrato;
 - viii. Acompanhar todos os atos praticados pelo fiscal de execução, manifestando-se quando necessário;
 - ix. Solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades técnicas do Tribunal, inclusive da Assessoria Jurídica;
 - x. Praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal;
 - xi. Exercer as demais atribuições de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;
 - xii. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato ou sempre que o exigir o interesse da
Administração Pública.

2. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

- a. As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas pelos servidores André Pimentel e Leisson de Sousa Castro, na Seção de Manutenção Predial da Coordenadoria de Serviços Gerais do TRE/RO, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho – Rondônia ou através dos telefones (69) 3211-2119/3211-2072 ou, ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

2. ANEXOS

- a. São anexos e partes integrantes do presente Termo de Referência:
 - i. **ANEXO I** - Caderno de Especificações Técnicas e seus anexos ([0676216](#));
 - ii. **ANEXO II** - Modelo de declaração de disponibilidade ([0676673](#));
 - iii. **ANEXO III** - Modelo de declaração de visita técnica ou renúncia ([0676681](#));
 - iv. **ANEXO IV** - Declaração dos autores dos projetos ([0676683](#));
 - v. **ANEXO V** - Modelo Aceitação responsabilidade técnica ([0676685](#));
 - vi. **ANEXO VI** - Índice dos documentos de qualificação técnica ([0676689](#));
 - vii. **ANEXO VII** - Modelo de Ordem de Serviço ([0676755](#));
 - viii. **ANEXO VIII** - Cronograma previsto - Entrega dos projetos ([0684206](#));
 - ix. **ANEXO IX** - Modelo de Proposta ([0684220](#));
 - x. **ANEXO X** - Plantas Baixa Atualizadas ([0682036](#));
 - xi. **ANEXO XI** - Tabelas de Formação de Demandas ([0682837](#)).

3. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR

- a. Este Termo de Referência foi elaborado pelos servidores Leisson de Sousa Castro - Chefe da SEMAP e Thiago de Campos Figueiredo.
- b. Especificações técnicas e o objeto foram elaborados pelo servidor André Pimentel.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 23/04/2021, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0684184** e o código CRC **B430BF8D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001257-66.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP/COSEG

ASSUNTO: Definição da modalidade licitatória – Análise do Termo de Referência – Serviço Comum de Engenharia - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO** para atender as necessidades de ampliações e reformas em Fóruns Eleitorais no interior do Estado de Rondônia. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 39 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Seção de Manutenção Predial (SEMAP) para receber **contratação de** empresa especialização na elaboração de Projetos de Engenharia para atender as demandas de ampliações do Fóruns de Espigão do Oeste e Ouro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Preto do Oeste e as reformas do Fóruns Cerejeiras, Rolim de Moura e Pimenta Bueno presentes no Plano de Obras 2021/2022 ([0673963](#)).

02. Para tanto foi carreado aos autos o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP** ([0684184](#)), o qual define os contornos gerais dos serviços com detalhamento do objeto, seu objetivo e detalhamento, justificativa, conformidade ao planejamento estratégico e aos critérios de sustentabilidade ambiental, formação do preço global de referência, aderência ao planejamento orçamentário, contrato, gestão e fiscalização do contrato, da garantia, subcontratação, vigência, prazo de execução, obrigações das partes, pagamento, penalidade, esclarecimentos, dentre outras informações. Acompanha o instrumento como **ANEXO I** - Caderno de Especificações Técnicas e seus anexos ([0676216](#)); **ANEXO II** - Modelo de declaração de disponibilidade ([0676673](#)); **ANEXO III** - Modelo de declaração de visita técnica ou renúncia ([0676681](#)); **ANEXO IV** - Declaração dos autores dos projetos ([0676683](#)); **ANEXO V** - Modelo Aceitação responsabilidade técnica ([0676685](#)); **ANEXO VI** - Índice dos documentos de qualificação técnica ([0676689](#)); **ANEXO VII** - Modelo de Ordem de Serviço ([0676755](#)); **ANEXO VIII** - Cronograma previsto - Entrega dos projetos ([0684206](#)); **ANEXO IX** - Modelo de Proposta ([0684220](#)); **ANEXO X** - Plantas Baixa Atualizadas ([0682036](#)); **ANEXO XI** - Tabelas de Formação de Demandas ([0682837](#)).

03. Instruído os autos com os documentos técnicos necessários para formação do procedimento, pela Remessa nº 18/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0682980](#)) os autos foram enviados ao Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade que por sua vez determinou as providências de praxe para impulsionar a contratação pretendida, conforme Despacho nº 557/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0683065](#)).

04. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, enumerou vários quesitos e solicitou diligência ([0683916](#)) a unidade solicitante (SEMAP). Em atendimento juntou-se aos autos os Anexos VIII- Cronograma Previsto – Entrega dos Projetos (0684206) e IX – Modelo de Propostas ([0684220](#)).

05. Realizados os ajustes necessários juntou-se aos autos o Termo de Referência 2/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0684184](#)), que na sequência recebeu a análise da COMAP, unidade de avaliação de Termos de Referência e Projeto Básico (item XXIV do art. 3º



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Instrução Normativa TRE n. 004/08), entendendo pela regularidade do TR supracitado e seus anexos ([0684303](#)).

06. Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF procedeu à programação orçamentária, para o presente exercício, informando a existência do pré-empenho no valor de R\$ 370.000,00 e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA). Ainda foi informado que a proposta orçamentária de 2021 se encontra registrada no processo SEI nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#).

07. Por fim instruídos, vieram os autos para análise e emissão de parecer jurídico, conforme proposto no evento [0683065](#). **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

08. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

11. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – DA DEFINIÇÃO DO OBJETO EM SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

12. Sobre a delimitação do objeto, é importante ressaltar que no caso de serviços de engenharia, a definição legal inserida no inciso II do artigo 6º da Lei nº 8666/93 elenca diversas atividades, porém de forma exemplificativa. Veja-se:

Art. 6º Para fins desta Lei, considera-se:

I - (...) omissis;

II – Serviço – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, **manutenção**, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissional. (sem grifo no original);

(...)

13. Ademais, o estudioso Cláudio Sarian Altounian esclarece o disposto no texto legal:

Da avaliação das atividades listadas, parece que o legislador procurou definir serviços de engenharia como aquelas atividades em que há predomínio do emprego de mão-de-obra em relação ao de material e, no caso de obra, o contrário. (Obras Públicas, p. 33. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009) (sem negrito no original)

14. Outra interessante diretriz para a referida distinção é apresentada por Lucas Rocha Furtado:

O critério usualmente adotado para distinguir esses dois contratos (obras e serviços) é o da verificação da tangibilidade, da materialidade de seu objeto. Será obra o contrato que crie nova materialidade, o mesmo não sendo verificado nos serviços. Assim, no caso de um edifício que necessite de reforma, como será criado novo aspecto material, será licitada e contratada a execução de obra. **Ao contrário, na conservação (serviço), não será criado nenhum aspecto material visualmente novo.**

15. No caso em tela, a descrição do objeto pretendido é a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia básico e executivo **para atender à necessidade de ampliações e reformas de fóruns eleitorais do interior do estado de Rondônia**, conforme Item 2, do TR nº 2 – SEMAP ([0684184](#)).

16. Verifica-se que a Lei nº 10.520, de 2002, não veda a utilização do pregão para contratação de serviço de engenharia, apenas trata de serviços genericamente. Neste contexto, o Tribunal de Contas da União – TCU entende possível a realização de pregão para contratação de **serviços comuns de engenharia**, reafirmando que a referida lei não exclui previamente quaisquer espécies de serviços dessa modalidade de licitação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apenas condiciona sua utilização aos serviços comuns (**vide Acórdãos nº 817/05 – 1ª Câmara e nº 1329/06 – Plenário**).

17. Assim, será comum o objeto que, embora sofisticado, não necessite de uma análise técnica mais acurada, e que possa, por isso, ter suas características definidas de forma objetiva no edital, segundo a descrição tradicionalmente encontrada no mercado. A esse respeito o Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 1.617/06, esclarece:

É irregular a utilização da modalidade pregão visando a contratação de obras e serviços de engenharia que possuam complexidade de especificação e de execução inconciliáveis com o caráter comum dos objetos passíveis de serem contratados por meio da citada modalidade licitatória.

18. Por conseguinte, o assunto está pacificado pela Súmula 257, de 2010, do TCU:

O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.

19. Em consonância com o entendimento da Corte de Contas, o Decreto Federal nº 10.024/2019 dispõe expressamente esta possibilidade no seu art. 1º. Ainda, conceitua serviço comum de engenharia como, *ipsi litteris*:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

(...)

20. Nesse panorama, sempre que a Administração demonstrar que o objeto é comum, o que demandará avaliação de profissional capacitado em análise aos parâmetros mencionados, permitindo que o julgamento se dê com utilização do tipo menor preço, o pregão poderá ser adotado. A esse respeito temos a seguinte afirmação:

Partindo do pressuposto de que os vocábulos comum e usual encerram conceitos indeterminados, é forçoso reconhecer que a avaliação do que é comum ou usual depende da perspectiva do interlocutor, ou melhor, do agente administrativo que deve decidir se a licitação pode ou não ser feita através da modalidade pregão. Isso porque, o comum e o usual dependem da experiência, da vivência, da atividade do interlocutor em relação ao mercado. (Pregão presencial e eletrônico, p. 54. Curitiba: Zênite, 2005)

21. O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02 conceitua, *in verbis*:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

22. Neste contexto, urge trazer à baila trecho do Acórdão do TCU nº 313/04 – Plenário que ensina:

(...) o objeto da licitação deve se prestar a uma competição unicamente baseada nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá propostas técnicas. Caso essas condições sejam atendidas, o pregão poderá ser utilizado.

23. É o que se verifica nestes autos, nos quais percebe-se a usabilidade dos serviços pretendidos pela Administração dentro do segmento específico de mercado (área de engenharia). **Assim, as propostas dos licitantes serão analisadas e comparadas exclusivamente pelo critério do preço**, ausente necessidade de investigar elementos outros decorrentes da técnica construtiva aqui irrelevante, já que objetivamente definidas no edital por meio de especificações comuns, habituais e frequente no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei no 10.520/2002.

24. Enfatiza-se que o enquadramento do objeto da licitação como serviço comum de engenharia, por sua vez, implica a análise do mercado e do conhecimento dos padrões de desempenho e de qualidade estabelecidos em normas técnicas ou por usualmente aceitos pelos profissionais de engenharia. Assim, por depender de conhecimentos que extrapolam a esfera jurídica, **não competiria a AJDG a caracterização do objeto contratual como “obra”, “serviço de engenharia”, ou “serviço comum” de engenharia**. Cabe, sim, à área técnica do órgão fazê-la, de modo justificado, o que foi feito nestes autos, no Capítulo 7 , item I, do TR 2 ([0684184](#)).

25. É neste sentido, aliás, a Orientação Normativa nº 54 da AGU, de 25/04/2014. Veja-se:

Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

26. No caso vertente, pressupõe-se correta a manifestação sobre a natureza comum dos serviços a serem contratados, **o que viabiliza a adoção do pregão eletrônico como modalidade licitatória** e o exame dos demais aspectos jurídicos relativos ao certame proposto.

IV – DO TERMO DE REFERÊNCIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002 c/c no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19.**

28. Em vista do que regem os referidos artigos, nota-se que a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da Autoridade competente, nos termos do inciso II, do artigo 14 do Decreto nº 10.024/2019. Cabendo às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

29. Porém, no teor do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, de 30/10/2008, forçosa a análise do Termo de Referência 2 – SEMAP por esta Assessoria Jurídica, não obstante a análise da COMAP ([0684303](#)), unidade com atribuição regimental específica para, avaliar e processar os pedidos de contratação, os projetos básicos, termos de referência, podendo inclusive requerer e efetuar ajustes e complementações necessárias, na forma do inciso XXIV, art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO nº 004/2008.

30. Pois bem, para a licitude da competição, impende que a definição do objeto, refletida no Termo de Referência, corresponda às reais necessidades do órgão, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame. Pelo contexto lógico da contratação ora em análise - **ELABORAÇÃO DE P** - a justificativa apresentada no Capítulo 3 do Termo de Referência explicita com clareza, não restando dúvidas quais sejam as reais necessidades do órgão.

31. O Termo de Referência traz em seu bojo os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos, a definição dos métodos, a execução e recebimento do serviço, obrigação das partes, forma de pagamento, penalidades e rescisão contratual. Todos os requisitos citados foram demonstrados no instrumento técnico ora em análise.

32. Sobre a pesquisa de mercado para obter o preço estimado para contratação, a Corte de Contas Nacional orienta:

AC-0265-05/10-P - Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.] [ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma **detalhada** estimativa de preços com base em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pesquisa **fundamentada** em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, **cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real** possível, em conformidade com os arts. 6º inciso IX alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97; (sem grifo no original).

33. A pesquisa da SEMAP para mensurar o valor da contratação utilizou-se de consulta ao banco de dados do SINAPI para dimensionar o preço global de referência das horas técnicas com encargos sociais, e em outras fontes como DNIT, demonstrado em tabela explicativa, procedimento que atende a orientação da Corte de Contas Nacional (Capítulo 4 do TR 2 – [0684184](#)).

34. Ainda, registra-se que a metodologia usada pela unidade demanda encontra respaldo no art. 3º do Decreto Federal nº 7.983/2013 que prescreve a possibilidade de uso da tabela SINAP na fixação dos custos de obras e serviços de engenharia.

35. Destaca-se ainda o TR 2 em seu Capítulo 4 – DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA atendeu ao preceito da Súmula TCU nº 259: “Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério e aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de **preços máximos** para ambos, **é obrigação e não faculdade do gestor**”.

36. Sobre **sustentabilidade**, no âmbito do Poder Judiciário, esta temática é abordada pela Resolução n. 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ que determina a criação de unidades/núcleos socioambientais, suas respectivas competências e a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PS).

37. O normativo citado reforça a promoção das contratações sustentáveis com a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável (art. 6º, §3º). Dispõe, ainda, que a fomentação de prática de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (§4º, art. 6º). Ademais, menciona que as contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão, dentre outros, adotar os critérios de sustentabilidade.

38. No caso em comento, o TR em análise menciona a adoção dos parâmetros estabelecido a Instrução Normativa nº 001/2010-SLTI/MPOG, de observância não obrigatória por este Regional e utilizada em alguns casos como de boa prática administrativa. Contudo, os critérios adotados (Capítulo 3, item II) não ferem os normativos aplicados a esta Justiça Especializada. Pelo contrário, eles vão ao encontro da finalidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

buscada, promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública.

39. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, a futura contratada deverá enviar os documentos em forma digital à unidade gestora da contratação.

40. Cabe, ainda, o registro de que já se encontra em andamento realização de estudos, pelo Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais, sobre a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental, em cumprimento ao disposto no art. 2º, da Resolução CNJ nº 201, de 3 de março de 2015.

41. Destaque para a impossibilidade de subcontratação parcial ou total do objeto, de acordo com as regras previstas no item V do Capítulo 10 do TR juntado. A jurisprudência do TCU orienta no sentido de exigir prévia e expressa autorização da Administração, veiculada por previsão em edital e em contrato, para que o contratado possa subcontratar parte do objeto contratual. Tal entendimento decorre de interpretação conjunta dada aos artigos 72 e 78, VI, todos da Lei nº 8.666/93.

42. À luz das prescrições legislativas citadas, a Corte de Contas vem considerando ilegal a subcontratação **não prevista no instrumento convocatório e contratual**. Nesse sentido, veja-se, exemplificativamente, o Acórdão nº 1014, proferido ainda do ano de 2005:

Nos ensinamentos de Jessé Torres Pereira Junior (*in* Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, Editora Renova, 2002, p. 694.) “(...) poderá subcontratar se for em parte e desde que tal possibilidade houvesse sido prevista no ato convocatório e no contrato, vedada a inclusão, em regulamento, de autorização genérica para subcontratar, uma vez que a subcontratação terá de ser expressamente admitida em cada contrato, inclusive com a fixação de limite condizente com o objeto deste.” (grifei) Assim, deve-se observar a previsão de subcontratação no instrumento convocatório do certame licitatório e no contrato celebrado com a empresa, nos termos dos arts. 78, IV, combinado com o art. 72, todos da Lei nº 8.666/1993. (TCU, Acórdão nº 1014/2005, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, j. em 20.07.2005.)

43. Todavia, e a despeito da subcontratação consentida (prevista em instrumento contratual e contrato), até os limites previstos, a empresa contratada permanece com total responsabilidade legal e contratual.

44. Relativamente à **garantia de execução do contrato**, insta frisar que o artigo 56 da Lei nº 8.666/93 permite a autoridade competente, a seu critério, em cada caso, e desde que prevista no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instrumento convocatório, exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

45. Conforme item IV do Capítulo 10 do TR 2 em análise, a unidade técnica aponta a adoção da garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Ademais, a eventual contratada deve apresentá-la no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, na forma e em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

46. Por seu turno, o Termo de Referência em comento, juntamente com seus anexos, possui os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**.

V – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

47. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

48. Nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a referida LC, deverá ser aplicada o regime de exclusividade para participação de ME e EPP nos certames com valores estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Ainda, por força do art. 48, inciso III, da LC 123/2006 e do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, deverá ser estabelecido cota de até 25% do objeto de natureza divisível para contratação de ME e EPP.

49. No caso em tela, **o valor estimado está bem acima de R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) e **o objeto será licitado em item único**, conforme justificativa apresentada pela unidade técnica no Capítulo 7, letra B, do TR 2. **Portanto, esses benefícios legais voltados as ME e EPP não serão utilizados na futura disputa.**

VI – MINUTA DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

50. Com relação a **minuta de contrato a ser celebrada** - previsto no capítulo 10 do Termo de Referência 2 ([0684184](#)) - o referido instrumento será analisado juntamente com a minuta do edital (art. 4º, III, da Lei n. 10.520/2002).

VII – CONCLUSÃO

51. Por todas essas considerações, o **Termo de Referência 2** ([0684184](#)), parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19, podendo ser apresentado a autoridade competente para aprovação, se assim entender, nos termos do **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.

52. Nesse compasso, diante da comprovação nos autos da disponibilidade orçamentária e financeira para o suporte da despesa ([0684367](#)), esta Assessoria Jurídica opina pela autorização da contratação pretendida por meio procedimento licitatório, na **modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19, que foi incorporado no procedimento deste Regional mediante Portaria nº 143/2005/TRE-RO, **salvo** se comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, Decreto nº 10.024/2019).

53. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior do órgão, deve estabelecer o **tipo de licitação menor preço para um único item**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993. Destaca-se que a SEMAP optou pelo modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019 ([0684302](#)).

54. Reprisa-se que, no futuro certame, é **inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, nos termos do art. 6º e 10 do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC nº 123/06.

55. Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, e também por não conter no TR 2 justificativa ao contrário, ocorrerá a **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.

56. Reitera-se, por fim, que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, não incumbe a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

esta unidade avaliar as especificações utilizadas, dado o seu caráter eminentemente técnico.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 29/04/2021, às 18:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0686129** e o código CRC **DDFDF119**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001257-66.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP/COSEG

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na elaboração de projetos de arquitetura e complementares de engenharia em plataforma BIM (building information modeling) para atender as necessidades de ampliações e reformas em Fóruns Eleitorais no interior do Estado de Rondônia.

DESPACHO Nº 500 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo inaugurado para abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços técnicos de engenharia, para elaboração de Projetos EM PLATAFORMA BIM de Obras de Reformas e Ampliações de Edificações, conforme Caderno de Especificação constante no Anexo I ([0676216](#)) dos Fóruns de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste e as Reformas do Fóruns Cerejeiras, Rolim de Moura e Pimenta Bueno presentes no Plano de Obras 2021/2022, considerando que o Procedimento de Contratação que estava tramitando no PSEI 0002397-43.2018.6.22.8000 restou deserta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para tanto foi carreado aos autos o **TERMO DE REFERÊNCIA N. 2/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (0684184)**, o qual define os contornos gerais dos serviços complementado por seus Anexos e pelas pesquisas de preços juntadas ao processo, dentre outras informações. Dimensionou-se o valor total da contratação em **R\$ 274.547,58 (duzentos e setenta e quatro mil quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)**, nos termos do item 6, letra "c", do PB.

Após os ajustes necessários, em cumprimento ao item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, o Termo de Referência 2 e seus anexos foram submetidos à análise da COMAP que conclui por sua regularidade ([0684303](#)).

A Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF procedeu à programação orçamentária, para o presente exercício, informando a existência do pré-empenho no valor de R\$ 370.000,00 e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) ([0684367](#)). Ainda foi informado que a proposta orçamentária de 2021 se encontra registrada no processo SEI nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#).

A AJDG opinou pela autorização da contratação pretendida, por meio de procedimento licitatório na **modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, devendo ser estabelecido o **tipo de licitação menor preço para um único item**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993, mediante disputa por lances abertos, e pela inaplicabilidade do regime de exclusividade destinado às ME/EPPs (0686129).

A SAOFC manifestou-se nos mesmos termos da Assessoria Jurídica (0686162).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Considerando que o valor da pretensa contratação, estimado em **R\$ 274.547,58 (duzentos e setenta e quatro mil quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)**, extrapola a situação de dispensa legal, e que se trata de bem definido como comum, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no edital do certame (art. 3º, II do Decreto 10.024/2019), adota-se a modalidade **pregão, em sua forma eletrônica, menor preço para um único item**, em cumprimento ao contido no § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/2019, salvo comprovada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos.

Registra-se que, como bem pontuado no parecer da AJDG ([0686129](#)), a Lei nº 10.520/2002, não veda a utilização do pregão para contratação de serviço de engenharia, e o Tribunal de Contas da União – TCU entende possível a realização de pregão para contratação de **serviços comuns de engenharia**, reafirmando que a referida lei não exclui previamente quaisquer espécies de serviços dessa modalidade de licitação, apenas condiciona sua utilização aos serviços comuns (**vide Acórdãos nº 817/05 – 1ª Câmara e nº 1329/06 – Plenário**).

No caso *sub examine* é **inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, posto que o valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ **80.000,00** (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Não sendo o objeto divisível (**licitado em item único**), afasta-se também o estabelecimento de cota de até 25% do objeto, previsto no inciso III do art. 48 da referida lei, conforme justificativa apresentada pela unidade técnica no Capítulo 7, II. letra "a", do TR 2.

No que tange aos critérios de **sustentabilidade ambiental**, nos termos dispostos no item 3, subitem II do TR 2/2021 (0684184) a contratada deverá dar cumprimento às exigências ali elencadas adotando-se, em síntese, todos os procedimentos ambientalmente adequados para atendimento dos mandamentos que norteiam a matéria dispostos no Decreto 7746/2012 e Resolução CNJ n. 201/2015, no caso sob análise adotando-se, preferencialmente, o envio de documentos em forma digital, **somente em casos excepcionais**, deverão ser entregues documentos de maneira física.

Com relação à questão de subcontratação abordada no **item V do Capítulo 10 do TR juntado** (0684184), faz-se necessário pontuar a sua **impossibilidade**, seja parcial ou total, vez que a jurisprudência do TCU orienta no sentido de exigir prévia e expressa autorização da Administração, veiculada por previsão em edital e em contrato, para que o contratado possa subcontratar parte do objeto contratual. Tal entendimento decorre de interpretação conjunta dada aos artigos 72 e 78, VI, todos da Lei nº 8.666/93.

Em face do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, constatada ainda a necessidade da contratação para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atender às demandas deste Tribunal e, com base nas atribuições delegadas pelo inciso I do art. 1º da Portaria 66/2018, esta Diretora-Geral:

1. APROVA o Termo de Referência nº 2/2021 (0684184) porquanto possui os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto n. 10.024/2019;

2. AUTORIZA a licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, adotando-se o menor preço para o item único, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19, que foi incorporado ao procedimento deste Regional mediante a Portaria nº 143/2005/TRE-RO;

3. DETERMINA a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, com fulcro no [art. 6º do Decreto n. 8.538/2015](#) c/c [Lei Complementar n. 123/2006](#);

4. DETERMINA a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme exposto no item 3, subitem II do TR nº. 2/2021, com fulcro na [Resolução n. 201/2015 do CNJ](#); e

5. DETERMINA a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto, e também por não conter no TR 2 justificativa ao contrário, nos termos do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

À SAOFC para prosseguimento do feito visando a contratação na forma proposta.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/04/2021, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0686399** e o código CRC **88772D0A**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001257-66.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: Minuta de Edital de Pregão Eletrônico– CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA Minuta de Edital de Pregão Eletrônico e minuta de contrato – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 40 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Seção de Manutenção Predial (SEMAP) para receber **contratação de** empresa especialização na elaboração de Projetos de Engenharia para atender as demandas de ampliações do Fóruns de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste e as reformas do Fóruns Cerejeiras, Rolim de Moura e Pimenta Bueno presentes no Plano de Obras 2021/2022 ([0673963](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria mediante o Parecer Jurídico nº 39/2020 – PRES/DG/SJDG ([0686129](#)), oportunidade na qual opinou pelo processo licitatório, na **modalidade pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19, observando a **inaplicabilidade do regime de exclusividade** na participação de ME/EPP's, em razão do valor total estimado para a contratação, e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.

03. Sobre vindo a manifestação da SAOFC (Manifestação nº 119/2021 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - [0686162](#)), a contratação foi autorizada pela Diretora Geral deste Regional, aprovando o Termo de Referência nº 2/2021 ([0684184](#)), determinou a inaplicabilidade do regime de exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte, bem como a restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, nos termos do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

04. Para atender ao Despacho nº 632/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0686523](#)), a SLC juntou da Portaria nº 173/2020 ([0686742](#)), que designou pregoeiros Oficiais deste Tribunal e a Equipe de Apoio, pelo período de 02 (dois) anos, bem como a minuta do instrumento convocatório ([0686743](#)). Prosseguindo o feito, Seção de Contrato juntou minuta de contrato ([0686745](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Por fim, remeteu-se os autos a esta Assessoria Jurídica para análise ([0686754](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

07. Pois bem, verifica-se que a minuta do edital ([0686745](#)) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Nessa linha, verifica-se satisfeitos os requisitos da Lei nº 8.666/93, notadamente em seu art. 40, e da Lei nº 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

08. Como se trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, para elaboração de projetos em PLATAFORMA BIM de obra de reformas e ampliações de edificações em imóveis da Justiça Eleitoral em Rondônia, as propostas e os lances serão ofertados considerando o **preço GLOBAL**, obtido mediante adequado preenchimento do ANEXO IX – MODELO DE PROPOSTAS, somente por meio do sistema eletrônico, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) consoante subtópicos 5.2.1 e 7.1.1, e item 7.2.

09. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista (item 9), inclusive ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, incluída no subitem 9.6, letra “d” (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

10. Verificou-se no subitem 9.6, letra “e”, que a IN SLTI/MPOG nº 02/2009 foi citada, porém a norma foi revogada pela IN nº 102, de 16 de outubro de 2020. Assim deve-se verificar o fato antes da publicação do edital.

11. Tratando-se do tipo de contratação em análise, digno de nota é a inserção da exigência de apresentação pelas licitantes de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

documentos comprobatório de sua qualificação técnica elencados no subitem 9.3 da minuta do Edital *sub examine* (art. 30, § 1º da Lei nº 8.666/93), dentre eles: Certidão de Registro do profissional perante os respectivos Conselhos de Classe (Acórdão 2472/2019 – Primeira Câmara) e também prova de que exerce atividade semelhante ao objeto do certame em questão, Atestado de Capacidade Técnico-Operacional e Certidão de Acervo Técnico-CAT.

12. Cabe destacar que para comprovar a qualificação operacional a licitante deverá apresentar atestado técnico de que a empresa licitante executou serviços, conforme a definição das características de PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA DO OBJETO, conforme item 8.III.2 do Termo de Referência (item 9.3, “b”).

13. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no subitem 10.3, o registro de prazo razoável de 02 (duas) horas a partir da solicitação pelo Pregoeiro para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal.

14. Ainda, constata-se o acatamento da recomendação contida no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019, quanto à restrição da divulgação dos preços estimados, devidamente autorizada pela Diretora Geral do TRE/RO (subtópico 15.10 da minuta do edital).

15. Por fim, sugere-se, a SLC revisão do texto do instrumento convocatório antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura, com atenção ao tópico 10 deste parecer jurídico.

16. Quanto a minuta de contrato juntada ao evento [0686745](#), em análise formal aos seus termos, constata-se que a referida minuta foi redigida em conformidade com as regras da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - ainda em vigor pelo ditame do art. 191 c/c art. 193 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 - atende aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando o referido documento apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – DA CONCLUSÃO

17. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

minutas do Edital de Pregão eletrônico e seus anexos ([0685138](#)) e da minuta de contrato ([0686745](#)), estando aquele instrumento e seus anexos aptos a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 03/05/2021, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0687159** e o código CRC **4ECE6A42**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001257-66.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 07/2021 - Contratação de empresa especializada em elaboração de projetos de engenharia. **Análise recursal** – Empresa Recorrente: **IMPROJECT PROJETOS LTDA – EPP**, CNPJ nº 20.351.179/0001-39.

PARECER JURÍDICO Nº 60 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo aberto pela Seção de Manutenção Predial (SEMAP) para receber contratação de empresa especialização na elaboração de Projetos de Engenharia para atender as demandas de ampliações do Fóruns de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste e as reformas do Fóruns Cerejeiras, Rolim de Moura e Pimenta Bueno presentes no Plano de Obras 2021/2022 ([0673963](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos juntados ao evento [0686743](#) e [0686745](#), foram objeto de análise desta AJDG pelo Parecer Jurídico nº 40/2021-PRES/DG/AJDG ([0687159](#)), sendo aprovado, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, e convertido no Edital do Pregão Eletrônico nº 7/2021 ([0687325](#)).

03. Iniciada a fase externa do certame, o citado Edital de Pregão Eletrônico teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. Todas as publicações mencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme evento [0687906](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento ou de impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0691913](#));

b) Solicitação nº 33/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0692029](#)), o Pregoeiro solicita análise da unidade demandante (SEMAP) em relação à proposta com preço correspondente a menos de 30% do valor estimado, apresentada pela empresa DSL PROJETOS LTDA. ([0692027](#)) e, manifestação a respeito do atendimento ou não das exigências contidas no termos de referência, bem como se o preço da proposta, ao olhar técnico, é compatível com os preços ofertados no mercado;

c) Manifestação da unidade técnica – SEMAP ([0692123](#)) informando que a proposta da empresa DSL PROJETOS LTDA. sob o aspecto formal atende as exigências do certame, todavia solicitou a empresa **comprovação da exequibilidade dos custos** de horas técnicas dos engenheiros pleno e sênior bem como os percentuais apresentados no composição de BDI frente ao enquadramento tributário;

d) Comprovação de exequibilidade solicitada pelo Pregoeiro a empresa DLS PROJETOS LTDA. que em síntese informou ser o próprio dono da empresa será o responsável técnico dos projetos, razão pela qual o custo com outro profissional será mínimo. Em complemento, estimou o custo de cada deslocamento em torno de R\$ 2.000,00, apresentou detalhamento do BDI e documentos fiscais ([0692617](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) Resposta da empresa sobre a comprovação de exequibilidade, a unidade técnica (SEMAP) se manifestou pela não aceitação da proposta, considerou que não ficou evidenciada a comprovação de exequibilidade e ainda a intenção do licitante em subcontratar, ato esse com vedação no instrumento convocatório ([0692641](#));

f) Análise aos documentos de habilitação da empresa DLS PROJETOS LTDA. ([0692804](#) e [0692806](#)) a pedido da SLC ([0692815](#)) e após os esclarecimentos do pregoeiro em relação aos procedimentos do certame, a unidade na Informação 71 ([0692839](#)) avaliou que a documentação de habilitação apresentada pela empresa não está de acordo com a exigida no procedimento de contratação, portanto, a documentação apresentada pela empresa **não atendeu** aos requisitos de qualificação exigidos no referido certame;

g) Proposta inicial das empresas participantes do certame – **EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.**, CNPJ nº 21.001.740/0001-01 ([0693110](#)) e **GP MORENO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA.** ([0693114](#));

h) Solicitação nº 39/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0693115](#)), o Pregoeiro informa a unidade demandante (SEMAP) os motivos da **inabilitação da empresa DLS PROJETOS LTDA**, da **recusa da proposta da EMPRESA EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.**, e ao final solicita a análise técnica da proposta ([0693114](#)) e manifestação quanto ao atendimento ou não das exigências contidas no termo de referência pela empresa **G P M ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA.** Em resposta a solicitação do pregoeiro a SEMAP informa que a proposta apresentada pela empresa G P Moreno Arquitetura e Engenharia Ltda. atende às exigências previstas no Pregão 7/2021;

i) Análise dos documentos de habilitação ([0693197](#)) da empresa G P Moreno Arquitetura e Engenharia Ltda. ([0693192](#) e [0693194](#)), a unidade técnica demandante da contratação concluiu que a documentação não atendeu os termos do edital ([0693216](#));

j) Análise técnica da SEMAP, questionamentos feitos a empresa licitante G P Moreno Arquitetura e Engenharia Ltda. sobre responsabilidade técnica ([0693357](#)) pelo pregoeiro. Na Informação 74 ([0693449](#)) a unidade técnica diante dos esclarecimentos apresentados pela empresa, entendeu que a documentação de habilitação apresentada pela empresa está de acordo com a exigida no certame, portanto, **ATENDE** aos requisitos de qualificação exigidos no referido certame;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

k) Ata do Pregão Eletrônico nº 07/2021 ([0695373](#));

l) **Intenção de recurso da empresa INPROJECT PROJETOS LTDA. CNPJ nº 20.351.179/0001-39** ([0695374](#));

m) **Razões de Recurso** interposto pela licitante **INPROJECT PROJETOS LTDA.** ([0695375](#));

n) **Contrarrrazões ao recurso** apresentada pela licitante vencedora **G P M ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA.** ([0696047](#));

o) Solicitação do pregoeiro para que a unidade técnica SEMAP para se manifeste em relação as razões e contrarrrazões do recurso interposto pela empresa **INPROJECT PROJETOS LTDA.** ([0696048](#)).

p) Manifestação nº 11/2021 ([0696064](#)) e Informação nº 79/2021([0696523](#)) com análise dos argumentos apresentados em recurso pela unidade técnica SEMAP, além de consulta no sítio do CAU/BR ([0696587](#)) e,

q) Manifestação do pregoeiro, julgando improcedente o recurso citado ([0695375](#)) e registro do recurso no comprasnet ([0696772](#)).

06. O pregoeiro apresenta seu Relatório nº 17/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC com a síntese de todo o procedimento licitatório, e demanda a autoridade superior a adjudicação do item e homologação do certame ([0696680](#)).

07. Assim instruídos, os autos foram remetidos a esta AJDG para análise do certame (Remessa 43 - [0696686](#)). **É o relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

09. Na republicação do aviso (0630096) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

10. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: **Não houve pedido de esclarecimento. Não houve pedido de impugnação ao edital.**

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: **Não houve.**

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0691913](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 7/2021 ([0695373](#)). **Não houve recusa de lances.**

d) Item deserto: **Não houve.**

e) Item cancelado na aceitação: **Não houve.**

f) Fase de negociação/ aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do pregoeiro ([0696680](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório. Destaca-se a atuação do responsável técnico da unidade (SEMAP), o qual se manifestou respondendo aos questionamentos de ordem técnica levados pelo pregoeiro durante o certame, e opinou na classificação e na aceitação do item. Na fase recursal analisou os argumentos das empresas recorrente e recorrida, conforme Manifestação nº 11/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0696064](#)) e Informação nº 79/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0696523](#)).

g) Fase de Habilitação: A empresa: **G P M ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ nº 07.623.936/0001-18**, atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0693192](#) e [0693194](#)). A unidade técnica manifestou-se pela regularidade da documentação ([0693449](#)), dessa forma a citada licitante foi considerada habilitada (item 5.4 Fase de habilitação – do relatório do pregoeiro - [0696680](#)).

h) RECURSO: O recurso foi conhecido ante o preenchimento dos pressupostos recursais, e no mérito o pregoeiro manteve



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a decisão atacada, mediante os fatos e fundamentos expostos na sua manifestação ([0696676](#)). Diante da existência de recurso a adjudicação do objeto do único item caberá a autoridade superior.

11. De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

12. Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

13. Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).

14. Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

15. Em análise ao mérito o pregoeiro entendeu por desconsiderar as razões recursais apresentadas pela empresa **INPROJECT PROJETOS LTDA.**, entendeu como insuficientes e infrutíferas as alegações apresentadas ([0696676](#)).

16. Em suas **razões de recurso**, noticia em síntese a recorrente **INPROJECT PROJETOS LTDA.** ([0695375](#)) que a licitante declarada vencedora GP Moreno Arquitetura e Engenharia Ltda. não cumpre nenhum dos seguintes requisitos legais, em síntese, relacionados abaixo, vejamos:

I – Não apresentou CRQ junto ao CREA, apenas junto ao CAU.

II – Não possui em seu quadro permanente engenheiro mecânico, civil ou eletricista que conste na CRQ, ou seja não faz parte do quadro permanente da licitante conforme legislação, logo pode incorrer em exercício ilegal da profissão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - O atestado em que consta o serviço de BIM é avulso, ou seja, é diferente do cancelado pelo CAU, o que o torna sem valor e certifica que a licitante não executou serviço de natureza semelhante a parcela de valor significativo ao objeto do edital

IV - O CNPJ da licitante é claro quanto as atividades e CNAE que a licitante está habilitada a executar e nenhuma delas se refere a projetos de engenharia e arquitetura

V - Apresentou certidão negativa de débitos municipais vencida

VI - Apresentou CND estadual vencida.

17. Por sua vez a empresa contrarrazoante e vencedora do certame (**G P M Arquitetura e Construções Ltda.**) se **defende** dizendo em síntese o seguinte ([0696047](#)):

I - A GPM tem como proprietário e responsável técnico o Arquiteto Gustavo Pimentel Moreno, não podendo com isso ser registrada no conselho profissional dos engenheiros. Não há nenhum dispositivo legal que exija que a licitante esteja registrada em diversos conselhos profissionais. Pelo que ficou claro no respectivo subitem editalício, não há exigência de apresentação de registro e quitação no CREA, apenas que comprove o registro da empresa licitante do conselho competente da região.

II - A GPM possui diversos profissionais em seu quadro técnico permanente, devidamente registrados. Não há exigência no edital que a licitante apresente toda a equipe técnica, apenas aquele que se responsabilizará pelo objeto.

III - O edital NÃO exige que o Atestado de Capacidade Técnica, tanto para comprovação Técnico Operacional como a Técnica-Profissional seja registrado/cancelado no CAU.

IV - O comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foi anexado pela licitante conforme exigido subitem a do Item 9.5 do edital e comprova a habilitação da licitante para realização de projetos de arquitetura e engenharia.

V - Acerca das certidões vencidas, pela licitante tratar-se de microempresa, temos o direito de reapresentação da regularidade fiscal e trabalhista, conforme dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, e o Decreto Federal n. 8.538/2015.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Finaliza requerendo seja negado provimento ao recurso, e a manutenção da decisão do pregoeiro em classificar vencedora a empresa G P M Arquitetura e Construções Ltda.

18. Primeiramente, destaca-se a importância da manifestação da unidade técnica demandante - SEMAP, considerando que as questões levantadas pela recorrente **INPROJECT PROJETOS LTDA.** foram todas de ordem estritamente técnicas vinculadas ao instrumento convocatório. A unidade demandante analisou ponto a ponto as alegações da recorrente em sua Manifestação 11 ([0696064](#)) e Informação 79 ([0696523](#)), e todas foram rechaçadas.

19. O recurso foi conhecido pelo Pregoeiro, posto que tempestivo e adequado, contudo manteve a decisão atacada. Assim, não houve juízo de retratação (Manifestação 1 – [0696676](#)).

20. Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar em sua análise as alegações da empresa recorrente. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

21. Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; grifos acrescidos

22. Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

23. A Corte de Contas observa que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital, vejamos o Acórdão TCU 4091/2012 – Segunda Câmara:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

24. Sem reparos a decisão do pregoeiro, que não utilizou seu juízo de retratação, pautado na manifestação da unidade técnica demandante dos serviços, avaliou todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto.

25. Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco na ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.

26. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que, ao final foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado, o valor final apresentou ótima vantagem, conforme registrado na ata do certame ([0695373](#)).

27. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

28. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

29. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) adjudicação do objeto em favor da empresa G P M ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ nº 07.623.936/0001-18, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público; e

b) pela homologação do certame pela autoridade competente, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

30. Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante de publicação nos autos.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 01/06/2021, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0697628** e o código CRC **BF9824A8**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001257-66.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 07/2021 – Contratação de empresa especializada em elaboração de projetos de engenharia – Apreciação do recurso interposto pela licitante INPROJECT PROJETOS LTDA-EPP – Homologação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 672 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Manutenção Predial (SEMAP), para a contratação de empresa especializada na elaboração de Projetos de Engenharia, para atender as demandas de ampliações dos Fóruns de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste, bem como as reformas do Fóruns de Cerejeiras, Rolim de Moura e Pimenta Bueno, todas previstas no Plano de Obras 2021/2022 ([0673963](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico nº. 7/2021 ([0687325](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação.

Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.

Na sequência, vieram aos autos os documentos extraídos do certame, dentre eles a Ata do Pregão Eletrônico ([0695373](#)) e o Relatório do Pregoeiro ([0696680](#)), nos quais consta o registro de todo o procedimento licitatório.

Verifica-se que os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0691913](#)) e todos os lances na ata do pregão ([0695373](#)).

No decorrer do certame, verifica-se que a melhor proposta foi ofertada pela empresa GP MORENO ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA., cuja negociação não reduziu o preço ofertado, entretanto, foi necessária a atualização da proposta em virtude de redução dos preços na fase de lances. A Unidade Técnica manifestou-se pela regularidade da proposta ([0693136](#)), motivo pelo qual foi aceita.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante GP MORENO ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA., CNPJ 07.623.936/0001-18, conforme evento [0693114](#). Valor total do certame R\$134.999,91 (cento e trinta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos).

Na fase recursal, a licitante INPROJECT PROJETOS LTDA. registrou intenção de recurso ([0695374](#)) e apresentou suas razões recursais ([0695375](#)), alegando, em síntese, que a Licitante GP Moreno não cumpre os seguintes requisitos legais: 1) não apresentou CRQ junto ao CREA, apenas juntou ao CAU; 2) não possui em seu quadro permanente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

engenheiro mecânico, civil ou eletricitista que conste na CRQ, ou seja, não faz parte do quadro permanente da licitante conforme legislação, logo pode incorrer em exercício ilegal da profissão; **3)** o atestado em que consta o serviço de BIM é avulso, ou seja, é diferente do cancelado pelo CAU, o que o torna sem valor e certifica que a licitante não executou serviço de natureza semelhante a parcela de valor significativo ao objeto do edital; **4)** o CNPJ da licitante é claro quanto às atividades e CNAE que a licitante está habilitada a executar e nenhuma delas se refere a projetos de engenharia e arquitetura; **5)** apresentou certidão negativa de débitos municipais vencida; e **6)** apresentou CND estadual vencida.

Ao final, requer seja reconsiderada a decisão proferida na Ata de Reunião com base no Edital, e julgada procedente as razões de recurso apresentadas, declarando inabilitada ao Pregão Eletrônico nº 07/2021 a empresa GP MORENO por NÃO satisfazer todos os requisitos previstos no Edital de Licitação, nas leis e resoluções legais, a observância das mesmas leis aos demais licitantes e adjudicação do objeto à recorrente.

Em contrarrazões ([0696047](#)), a licitante GP MORENO ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. aduz que: **1)** a empresa tem como proprietário e responsável técnico o Arquiteto Gustavo Pimentel Moreno, não podendo com isso ser registrada no conselho profissional dos engenheiros. Não há nenhum dispositivo legal que exija que a licitante esteja registrada em diversos conselhos profissionais. Pelo que ficou claro no respectivo subitem editalício, não há exigência de apresentação de registro e quitação no CREA, apenas que comprove o registro da empresa licitante do conselho competente da região; **2)** a GPM possui diversos profissionais em seu quadro técnico permanente, devidamente registrados. Não há exigência no edital que a licitante apresente toda a equipe técnica, apenas aquele que se responsabilizará pelo objeto; **3)** o edital NÃO exige que o Atestado de Capacidade Técnica, tanto para comprovação Técnico Operacional como a Técnica-Profissional seja registrado/cancelado no CAU; **4)** o comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foi anexado pela licitante conforme exigido subitem a do Item 9.5 do edital e comprova a habilitação da licitante para realização de projetos de arquitetura e engenharia; **5)** acerca das certidões vencidas, pela licitante tratar-se de microempresa, temos o direito de reapresentação da regularidade fiscal e trabalhista, conforme dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, e o Decreto Federal n. 8.538/2015. Finaliza requerendo seja mantida a decisão de CLASSIFICAÇÃO da empresa GPM ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em sua manifestação ([0696676](#)), com base nas informações prestadas pela unidade técnica ([0696064](#) e [0696523](#)), o pregoeiro relatou que conheceu do recurso, posto que tempestivo e adequado. Contudo, no mérito, julgou improcedente o recurso e manteve a decisão atacada (habilitação da licitante vencedora). Assim, não houve juízo de retratação.

Mediante o Parecer Jurídico nº 60/2021 ([0697628](#)), a Assessoria Jurídica concluiu que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco da ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório, bem assim que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso (objetivo alcançado) e transcorrido de forma regular, conforme registrado na ata do certame. Por fim, opinou pela adjudicação do objeto em favor da empresa G P M ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ nº 07.623.936/0001-18, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público; e homologação do certame pela autoridade competente. Após, devem retornar os autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, com juntada do comprovante nos autos.

É o necessário relatório. Passo à análise do recurso.

Preliminarmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado tempestivamente e na forma prevista no edital. Assim, dele conheço.

No mérito, verifica-se que não assiste razão à recorrente.

Compulsando os autos, verifica-se que as razões da recorrente não merecem prosperar, pois são insuficientes e infrutíferas, tendo em vista que em análise do recurso, houve manifestação da unidade técnica demandante - SEMAP, considerando que as questões levantadas pela recorrente **INPROJECT PROJETOS LTDA.** foram todas de ordem estritamente técnicas vinculadas ao instrumento convocatório. Assim, a unidade demandante analisou ponto a ponto as alegações da recorrente em sua Manifestação 11 ([0696064](#)) e Informação 79 ([0696523](#)), e todas foram rechaçadas.

Além disso, destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar em sua análise as alegações da empresa recorrente, tendo como fundamento o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conclui-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro ([0696676](#)), pautada na manifestação da unidade técnica demandante dos serviços ([0696064](#) e [0696523](#)), avaliou todas as razões do recurso ([0695375](#)), com suporte em normas e princípios administrativos pertinentes ao assunto, seguiu fielmente as regras editalícias e não merece reforma.

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0695373](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018:

- a) **Conheço do recurso** interposto pela empresa INPROJEC T PROJETOS LTDA. e, **no mérito, nego-lhe provimento**, mantendo inalterada a decisão do Pregoeiro em todos os seus fundamentos;
- b) **ADJUDICO o objeto do certame em favor da empresa G P M ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA.** CNPJ nº 07.623.936/0001-18, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, XXI da Lei n. 10.520/02; e
- c) **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 7/2021 ([0687325](#))**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 02/06/2021, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0698121** e o código CRC **59E4277F**.